

CONCELHO DA LOUSÃ

DIAGNÓSTICO SOCIAL

2019-2021

Diagnóstico Social – comporta dados e indicadores estatísticos referentes a informação oficial disponível, recolhida pelas entidades que integram a rede social, estudos efetuados e problemas identificados pela rede social

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO
SOCIAL DA LOUSÃ



Ficha Técnica

Título

Diagnóstico Social do Concelho da Lousã

Promotor

Rede Social do Concelho da Lousã

Coordenação Técnica

Gilda Silva

Equipa Técnica

Grupos de trabalho

Intervenção Familiar/Parentalidade/ Pobreza e Exclusão Social e vulnerabilidade

Sara Antunes; Adelina Palhota; Marco Inácio; Cristina Silva; Eliza Miguez; Filipa Marques;
Sandra Tomás.

Educação/Formação /Emprego /Qualificação/Empregabilidade

Paula Barata; Marta Correia; Sérgio Correia; Paula Cristina;
Fernanda Vaz; Sandra Pereira; Fátima Gracinda; Rui Ramos; Helena Correia; Telma
Antunes; Liliana Simões.

Capacitação da Comunidade e das instituições/ Cidadania e Igualdade

Gilda Silva; Sofia Cardoso; Joana Cardoso; Rosania Souza; Helena Vidal; Mónica Bico; Ana
Souto; Anabela Dengucho; Catarina Duarte.

Conceção gráfica

Câmara Municipal da Lousã

Aprovação

Reunião do Plenário do CLAS da Lousã em 17 de maio de 2019

Nota de abertura

O Diagnóstico Social constitui um dos instrumentos estratégicos da Rede Social na promoção da coesão social e disponibiliza e integra toda a informação recolhida no âmbito de estudos, portais estatísticos e opinião dos responsáveis, dirigentes e técnicos que transmitem o seu *know-how* sobre as dificuldades que os serviços sentem para responder às necessidades, no âmbito da integração/inclusão das pessoas.

Desejamos que este documento seja portador de mais-valias para todas e todos os que, de forma direta ou indireta, trabalham em prol da população do concelho da Lousã, e será de grande utilidade na fundamentação de candidaturas e eficiência na intervenção social.

O Diagnóstico e o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Lousã foram elaborados, tendo por base a aplicação de uma metodologia participativa e dinâmica, e por isso, um agradecimento a todos e a todas que colaboraram na realização do presente documento, designadamente aos técnicos que integraram os grupos de trabalho do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social da Lousã e a todos os Serviços, Entidades, pela sua disponibilidade em participar e em facultar informações.

O Presidente do CLAS da Lousã

Luís Miguel Correia Antunes

Índice Geral

Índice Geral	3
Índice de figuras.....	4
Abreviaturas e acrónimos	7
CAPÍTULO I- CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	13
1.1-Enquadramento geográfico.....	13
1.2-Tendências Demográficas.....	14
1.3 - Dinâmica empresarial do Concelho	19
2 - Educação	24
2.1- Taxa de escolarização e qualificação	24
2.2- Rede de Equipamentos Escolares / nº de alunos por níveis de ensino.....	25
2.3-Educação Especial.....	25
2.3.1 Centro de Recursos para a Inclusão – ARCIL.....	26
2.4- Sucesso Escolar	27
2.4.1-Indisciplina	31
2.5- Ação Social Escolar	32
3 -Família /Parentalidade.....	36
3. 1- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lousã	36
3. 4- NACJR- Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco.....	43
3. 5- Programa Escolhas 5º e 6ª G	44
3.6- CLDS 3G.....	45
3.6.1-Projeto + Família.....	46
3.6.2 - Projeto Ajudar a Crescer	46
4- Proteção Social	49
4.1 – Família em situação de pobreza e exclusão social.....	49
4.1.1- Prestações sociais	49
4.1.2-Rendimento Social de Inserção	50
4.2- Desemprego.....	52
4.3- Famílias que recorrem à Ação Social	54
4.3.1- Medidas de Apoio Social	56
5- Outros grupos em risco por exclusão social	60
5.1- Deficiência	60

5.2- Criminalidade.....	62
5.2.1 -Violência doméstica.....	63
5.3-Minorias étnicas -Imigrantes e Comunidade Cigana	65
5.3.1- Imigrantes.....	65
5.3.2- Comunidade cigana	66
5.4-Pessoas Idosas	69
6 - Saúde	72
6.1- Serviços de saúde	72
CAPÍTULO II- CARTA SOCIAL.....	76
7 - Equipamentos e Respostas Sociais	76
7.1-Infância e juventude	77
7.2-Deficiência	81
7.3-Idosos.....	82
8-Capacitação e gestão organizacional de governança integrada – Rede social.....	87
9- Cidadania/participação.....	89
10- Grelha de Problemas Identificados.....	90
Bibliografia	94

Índice de figuras

Figura 1-Enquadramento Território do Concelho da Lousã	13
Figura 2- Castelo da Lousã	13

Índice Tabela

Tabela 1-Indicadores demográficos.....	14
Tabela 2-População residente, variação por escalão etário entre 2011 e 2017 ..	15
Tabela 3-Índice de envelhecimento entre 2011 e 2031 (%)	15
Tabela 4-População residente por género e grupo etário.....	16
Tabela 5-Tipo e dimensão das famílias no concelho da Lousã 2011	16
Tabela 6- Indicadores da dinâmica empresarial	20
Tabela 7-Indicadores referentes a Comércio Internacional	20
Tabela 8: Relação entre ofertas de emprego e colocações.....	21
Tabela 9- Impacto dos incêndios no território.....	22

Tabela 10- Indicadores de escolarização	24
Tabela 11- Indicadores da qualificação escolar	24
Tabela 12-Número de alunos por níveis de ensino	25
Tabela 13 -Resultados escolares do ano letivo 2014/2015 e 2015/2016 em comparação com as metas definidas.....	28
Tabela 14-Número de alunos retidos nos anos letivos de 2013/2014 e 2015/2016 e 2017/2018	29
Tabela 15- Alunos da Escola Profissional retidos nos anos letivos 2013/14, 2014/15 e 2017/18.....	29
Tabela 16-Participações disciplinares/anos letivos 2013 a 2015.....	31
Tabela 17-Medidas aplicadas por ano de escolaridade (relatório 2016/2017)....	31
Tabela 18 - Ação Social -refeições escolares.....	32
Tabela 19 - Ação Social Escolar – apoio em livros.....	32
Tabela 20-Processos entrados na CPCJL - anos 2012/2014/ 2017	36
Tabela 21-Resumo dos processos concluídos na CPCJL de 2012/14/17	36
Tabela 22-Motivo de envio de processos para Tribunal de 2012 /14/17.....	37
Tabela 23-Acordos de Promoção e Proteção celebrados - Medidas aplicadas entre 2012/ 2014 / 2017	37
Tabela 24- Processos Instaurados - Análise por escalão etário e género entre 2012/ 2014/ 2017	37
Tabela 25-Problemáticas dominantes em 2012 /2014/ 2017	38
Tabela 26- Número de casos sinalizados por entidades/família	38
Tabela 27-Quadro resumo CPCJL	39
Tabela 28-Problemáticas de crianças em 2014/15 e 2018	40
Tabela 29-Problemáticas de adultos em 2015 e 2018.....	40
Tabela 30 - Referenciação ao SNIPI (N=92).....	41
Tabela 31-População Abrangida- Residência das crianças /famílias (N=92)	41
Tabela 32-Género (N=92).....	41
Tabela 33-Idade (N=92)	41
Tabela 34-Enquadramento (N=89)	41
Tabela 35-Critérios de elegibilidade	42
Tabela 36- Intervenção (N=89)	42

Tabela 37- Número de crianças em acompanhamento pelo NACJR	43
Tabela 38: Números participantes projeto Espaço J.....	45
Tabela 39 - Acompanhamento /tipo de apoio (psicossocial e familiar) em2018 .	46
Tabela 40- Nº de participantes projeto Ajudar a Crescer- CLDS 3G	46
Tabela 41- Pensões da Segurança Social	50
Tabela 42 -Taxa de Beneficiários RSI.....	50
Tabela 43 - Nº de Beneficiários com processamento RSI em 2018, residentes no concelho da Lousã, por sexo e por escalão etário	51
Tabela 44- Ações dos Planos/Programas de inserção não cessadas em 2018, por tipo de ação, na Equipa de Lousã (Coimbra)	51
Tabela 45- Desemprego registado no concelho da Lousã, segundo o género e o grupo etário, entre 2013 a novembro de 2018	52
Tabela 46 - Desemprego	52
Tabela 47- Cursos de formação profissionalizante 2018.....	53
Tabela 48- Atendimento social integrado/ dados de 2012 e 2018.....	54
Tabela 49- Apoio económico	56
Tabela 50- Apoio alimentar.....	57
Tabela 51: Unidade de Reabilitação em contexto produtivo (URCP)	61
Tabela 52 - Nº de Clientes apoiados por programa.....	62
Tabela 53 - Taxa de criminalidade	62
Tabela 54- Tipologia de crime	63
Tabela 55- Famílias apoiadas pelo projeto Porto Seguro- CLDS 3G	64
Tabela 56 -Imigrantes e minorias.....	65
Tabela 57 -Tipificação de assuntos Imigrantes	66
Tabela 58 -Indicadores pessoas idosas	69
Tabela 59- Indicadores dos serviços de saúde da Lousã.....	72
Tabela 60-Número de utentes inscritos por unidade de saúde e por idades 2013	72
Tabela 61- Número de utentes inscritos por unidade de saúde e por idades 2018	73
Tabela 62-Consumos de medicamentos.....	73
Tabela 63-Taxa de mortalidade	73

Tabela 64- Percentagem de Recursos humanos /serviços de saúde por 1000 Ha	73
Tabela 65- Profissionais por Unidades de Saúde /Categorias profissional.....	74
Tabela 66-Patologias crónicas identificadas na Unidade de Saúde Familiar Serra da Lousã	74
Tabela 67 – Quadro resumo Respostas sociais /grupos alvo.....	76
Tabela 68-Evolução da frequência de crianças na valência de creche de 2013 a 2015e 2018.....	77
Tabela 69-Taxa de utilização dos equipamentos de creche	78
Tabela 70-Ocupação dos tempos livres	79
Tabela 71 - Programa Férias Ativas, por tipo de inscrição, em 2013 e 2018.....	80
Tabela 72- Ocupação dos tempos livres	80
Tabela 73- Respostas sociais na área da deficiência.....	81
Tabela 74- Instituições por freguesia /tipo de respostas sociais para idosos	82
Tabela 75- Respostas sociais idosos.....	83
Tabela 76: Grelha de Problemas por área de intervenção	90

Índice dos gráficos

Gráfico 1-Beneficiários RSI por grupo etário	50
Gráfico 2- Tipologia da família	55
Gráfico 3- Principais problemas identificados	55
Gráfico 4- Nº de utentes portadores de deficiência /incapacidade / por Idade ..	61
Gráfico 5 - Nº de utentes por tipo de deficiência /incapacidade (variação 2017/2018).....	61
Gráfico 6- Indicadores da violência doméstica entre 2013 e 2018	63

Abreviaturas e acrónimos

AAAF – Atividades Animação Apoio à Família

ABEM – programa de apoio em medicamentos – Rede Solidária do Medicamento da Associação Dignitude

ACES PIN – Agrupamentos de Centros de Saúde. Pinhal Interior Norte

ACM- Alto Comissariado para as Migrações
ADIC – Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho
ADRAS – Associação Didática e Recreativa Artes e Saberes
ADCCL – Associação de Desenvolvimento Cultural dos Cinco Lugares
AEL – Agrupamento de Escolas da Lousã
AESL- Associação Empresarial Serra da Lousã
AICEP- Agência para o Investimento e Comércio Externo
ANCS- Associação Nacional de Cuidados de Saúde
ANQUEP- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
APP – Acordo de Promoção e Proteção
ARCIL – Associação para a Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Lousã
ARCSG- Associação Recreativa Cultural e Social das Gândaras
ATL – Atividades de Tempos Livres
CAFAP- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CCMJD- Conselho Consultivo Municipal da Juventude e Desporto
CCRCC- Centro de Coordenação da Região de Coimbra
CEF – Curso de Educação e Formação
CIM -RC – Comissão Intermunicipal da Região de Coimbra
CIG- Comissão para a Igualdade de Género
CITE- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CLAIM- Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CLDS 4ª- Contrato Local de Desenvolvimento Social 4ª Geração
CML – Câmara Municipal da Lousã
CNPDPJ – Comissão Nacional de promoção dos Direitos das Crianças e Jovens
COJ – Centro de Ocupação Juvenil
CP – Curso Profissional
CPCJL - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lousã
CPF – Consultas de Planeamento Familiar
CPSSS – Centro Paroquial de Solidariedade Social da freguesia de Serpins
CRI – Centro de Recursos para a Inclusão
CSI- Complemento Solidário para Idosos
DLD- Desempregados de Longa Duração
DGEsTE – Direção Geral de Estabelecimentos Escolares
ECPCBEDC – Exposição a Comportamentos que Possam Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança
EPL- Escola Profissional da Lousã
ERPI- Estrutura residencial para Idosos
ELIP – Equipa Local de Intervenção Precoce
FAMI- Fundo para o Asilo, a Migração e Integração
GAAL- Gabinete de Apoio ao Aluno
GAEE- Gabinete de Apoio ao Empreendedor e Empreendedorismo
GIF – Gabinete de Intervenção Familiar
GNR – Guarda Nacional Republicana
IAC – Instituto de Apoio à Criança
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
J. I. – Jardim de Infância
J.F. Junta de Freguesia
IPDJ- Instituto Português do Desporto e Juventude
IEFREIA -Instituto Europeu para o Estudo dos Fatores de Risco em Crianças e Adolescentes

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
MAPSES- Medidas de Apoio Social a Situações de Emergência Social
NEEP- Necessidades Educativas Especiais de caráter Permanente
NLI- Núcleo Local de Inserção
NPT- Nacionais Países Terceiros
PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARHD- Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas
PDS- Plano de Desenvolvimento Social
PEL – Projeto Educativo Local
PIN- Pinhal Interior Norte
PMI- Plano Municipal da Igualdade
PMII- Plano Municipal da Integração dos Imigrantes
PNIGND- Plano Nacional Igualdade de Género e Não Discriminação
PERA-Programa Escolar de Reforço Alimentar
PLPPDC – Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças
POISE- Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego
PPES – Programa de Promoção e Educação para a Saúde
PRIS- Promoção de Relações de Intimidade Saudáveis
POAPMC - Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas
PROCOOP- programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais
RSI- Rendimento Social de Inserção
SAD- Serviço de Apoio Domiciliário
SCML-Santa Casa da Misericórdia da Lousã
SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SIARES – Sistema Informático da Administração Regional de Saúde
SNIPi – Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância
SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade
VD- Violência Doméstica
VF- Violência Familiar
VN- Violência no Namoro
TAV- Técnicos de Apoio a Vítimas

Introdução

“Conhecer mais a realidade local para agir melhor” é o lema e o desafio lançado pela Rede social da Lousã.

Dando cumprimento ao art.º 36º do Decreto-lei 115 de 2006, procedeu-se à elaboração da atualização do Diagnóstico Social, tendo por base o anterior, cuja finalidade foi traçar uma análise objetiva e uma leitura mais clara e concisa da pobreza/exclusão social do concelho da Lousã e dos recursos disponíveis no combate à mesma.

Saliente-se que, a par do percurso metodológico quantitativo foi construído um referencial com informação qualitativo. Procurou-se, em torno de cada uma das áreas temáticas relacionadas, desenvolver interesses analíticos, focados nomeadamente nas aprendizagens decorrentes das diversas intervenções em curso. Não devemos pensar os problemas de forma isolada, mas no seu conjunto, nas suas vertentes social, económica, familiar, saúde, entre outras. Este referencial permitiu complementar o conhecimento acerca do território.

O presente documento encontra-se subdividido em duas partes. A primeira parte, onde se faz o enquadramento do concelho e são analisados os indicadores, quer quantitativos, quer qualitativos de várias áreas/dimensões, nomeadamente o geográfico, demográfico, económico, educação, saúde, habitação, ação social com enfoque nos grupos vulneráveis. Após a sistematização dos indicadores por áreas temáticas segue-se uma análise sumária estatística e uma análise Swot.

Metodologia

A intervenção em rede constitui o motor dos processos de desenvolvimento social local. Deste modo, pressupõe-se uma noção de desenvolvimento sustentável que articula o desenvolvimento económico, social e ambiental, bem como a participação ativa e concertada dos atores interessados, considerando o combate à pobreza e exclusão social como uma das principais áreas de intervenção contempladas, privilegiando-se o desenvolvimento de respostas integradas e integradoras.

A elaboração do estudo-diagnóstico requer a aplicação de uma metodologia participativa, assente nos domínios do planeamento social integrado, pelo que, foi fundamental proceder à mobilização efetiva dos diferentes atores sociais, ou seja, à efetivação do trabalho de parceria e/ou em rede, com a finalidade de fomentar, a partir da articulação formal e informal, a otimização de recursos locais e, deste modo, construir objetivos e ações comumente partilhadas, que numa lógica de territorialização apelam à corresponsabilização social, visando, em última instância, a dinamização da denominada solidariedade interativa.

Em termos metodológicos e de forma a adquirir uma visão quantitativa e qualitativa das problemáticas e respetivas potencialidades do concelho, foram utilizadas como principais técnicas de recolha e análise dos dados, de forma interligada, as seguintes:

- Pesquisa documental;
- Pesquisa bibliográfica;
- Recolha de dados junto de entidades locais e regionais;
- Discussão e análise de problemáticas e potencialidades, em grupo de trabalho e sessões de plenário.

O Diagnóstico e o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Lousã foram elaborados, tendo por base a aplicação de uma metodologia participativa e dinâmica, assente na constituição de quatro Grupos de Trabalho:

- I) Emprego e Qualificação e Empreendedorismo
- II) Intervenção Familiar/Parentalidade/ Educação/Formação

- III) Grupos vulneráveis
- IV) Capacitação da comunidade e instituições/Igualdade

Com vista a dotar os Grupos de Trabalho de organização e dinâmica foram construídos dois instrumentos de trabalho: a) Grelha de Prioridades; b) Grelha de problemas e propostas.

Após identificadas e devidamente analisadas as problemáticas em diversas reuniões de grupo de trabalho, perfazendo um total de três, optou-se pela aplicação de técnicas interativas, no decurso destas reuniões, promovendo espaços propícios ao debate e à consensualidade e, consecutivamente, a dos Eixos Orientadores do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Lousã, que terá a vigência para o triénio 2019-2021.

As metodologias participativas advêm da realidade e da experiência dos atores e assentam num processo criativo de reflexão, análise e prática, permitindo definir um compromisso conjunto para a estratégia de ação no território. Assim, procurou-se, em torno de cada uma das áreas temáticas relacionadas, desenvolver interesses analíticos, focados nomeadamente nas aprendizagens decorrentes das diversas intervenções em curso.

CAPÍTULO I- CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1-Enquadramento geográfico

O Concelho da Lousã está localizado no Distrito de Coimbra e integrou, até 2013, a sub-região do Pinhal Interior Norte (NUTIII), situada na região Centro (NUTII), passando a integrar, desde então, a Comunidade Intermunicipal (CIM) Região Coimbra. Com uma área de 138 km², o concelho estabelece fronteira com cinco outros concelhos - a norte, com Vila Nova de Poiares, a este, com Góis, a sul, com Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos e a oeste, com Miranda do Corvo - e subdivide-se, desde a última reorganização administrativa do território português (2013), em quatro freguesias: Gândaras, Serpins, União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio e União de Freguesias de Lousã e Vilarinho.



Figura 1-Enquadramento Território do Concelho da Lousã

As alterações demográficas e económicas devem ser entendidas num quadro mais vasto de relacionamento deste concelho com outros territórios próximos, nomeadamente Coimbra, uma vez que, desde há muito tempo, beneficia de uma posição estratégica associada à Estrada Nacional 17, conhecida como Estrada da Beira, que funciona como via preferencial de ligação entre o concelho, Coimbra e Guarda.



Figura 2- Castelo da Lousã

Por outro lado, esta evolução também deve ser entendida num quadro de proximidade aos principais aglomerados urbanos das sub-regiões do Baixo Mondego-Coimbra e Figueira da Foz e do Pinhal Litoral-Pombal e Leiria.

Apresenta, do ponto de vista biofísico, um acentuado contraste, marcado essencialmente pela Serra da Lousã, que ocupa 1/3 da área Concelhia. Os restantes 2/3 do território concelhio são menos acidentados e fortemente marcados pelos vales e campos dos Rios Arouce e Ceira.

1.2-Tendências Demográficas

Tabela 1-Indicadores demográficos

Indicadores	2011	2017	Variação (%)
População Residente	17.606	17.196	-2,3%
Nascimentos	167	134	-19,7%
Nados vivos fora do casamento	54	72	+18
Óbitos	144	130	- 9,7%
Taxa Bruta de natalidade	9,5 %	7,8 %	- 1,7%
Taxa Bruta de mortalidade	8,2 %	7,6 %	- 0,6%
Taxa de crescimento natural	0,13 %	0,02%	- 0,11%
Taxa bruta de nupcialidade	2,8 %	2,5 %	- 0,3%
Taxa de fecundidade geral	38,4 %	32,6 %	- 5,8%
Taxa Bruta de divórcio	1,4%	3,3% (2016)	1,9%
Índice de Envelhecimento	103,0 %	131,5 %	28,5%
Proporção de população Jovem	16,5%	14,7%	1,8%
População imigrante	524	408	-22%

Fonte: INE /SEF/Censos 2011 e anuarios estatísticos (Datacentro / Pordata)

Tabela 2-População residente, variação por escalão etário entre 2011 e 2017

Estrutura Etária	2011	2017	2011-2017
	N.º	N.º	%
0 a 4	899	674	-25,0
5 a 9	921	825	-10,4
10 a 14	960	1024	6,6
15 a 19	880	993	12,8
20 a 24	909	903	-0,6
25 a 29	1006	910	-9,5
30 a 34	1469	904	-38,4
35 a 39	1596	1271	-20,7
40 a 44	1409	1564	11,0
45 a 49	1258	1413	12,3
50 a 54	1104	1267	14,8
55 a 59	1036	1120	8,1
60 a 64	1000	1004	0,04
65 a 69	900	951	5,6
70 a 74	808	804	0,5
75 a 79	693	621	-10,4
80 a 84	434	529	21,9
85 e +	322	413	28,2
Total	17604	17190	2,3

Fonte: 2011-2017/INE e PEL

Tabela 3-Índice de envelhecimento entre 2011 e 2031 (%)

Freguesias	2001	2011	2016	2021	2026	2031
Casal de Ermio	107,8	151,9	270,8	257,9	237,9	246,8
Foz de Arouce	134,4	165,9	234,5	328,9	394,1	420,4
Gândaras	----	144,9	198,1	245,8	270,0	286,1
Lousã	100,4	108,7	119,3	136,6	159,4	191,6
Serpins	132,9	122,4	155,9	200,5	259,9	301,3
Vilarinho	115,5	96,5	111,3	132,3	179,0	228,0
Total	108,3	114,2	132,7	155,1	184,0	217,2

Fonte: 2011* - INE, Censos 2011

Tabela 4-População residente por género e grupo etário

Ano	2011		Varição	2017		Varição
Idade/Sexo	Homens	Mulheres	H-M	Homens	Mulheres	H - M
0-14	1452	1330	-122	1301	1222	-79
15-24	888	896	-8	964	932	-32
25-64	4813	5050	+237	4616	4837	221
Mais de 65	1375	1802	+427	1410	1908	498
Total	8528	9078		8291	8899	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – (Censos 2011) e DataCentro

Tabela 5-Tipo e dimensão das famílias no concelho da Lousã 2011

Tipologia das famílias	2011 %
Famílias clássicas	6.879
Famílias institucionais	9
Proporção de famílias clássicas unipessoais	20,1
Proporção de famílias clássicas de uma só pessoa	9,3
Proporção de famílias clássicas com 5 ou mais pessoas	4,7
Proporção de famílias clássicas com crianças	29,6
Proporção de famílias clássicas com pessoas a cargo	47,0
Proporção de núcleos familiares monoparentais	12,2
Proporção de núcleos familiares reconstituídos	6,7

Fonte: INE, Censos 2011 retirados da plataforma Data Centro

Resumo dos indicadores Demográficos

Tendo por base a comparação entre os indicadores dos anos 2011 e 2017 verifica-se:

Em termos demográficos

- Diminuição da população residente (-2,3%) com maior incidência nos grupos etários dos 0-9 anos (- 35, 04%) e entre os 30 e 39 anos (- 59%).
- Diminuição da população Imigrante (-22%).
- Envelhecimento da população, com maior enfoque, na população na idade + 80 anos que aumentou mais de 50%, tendencialmente mais dependente.
- Maior percentagem do sexo feminino, no entanto, a tendência de género tem vindo a alterar-se em determinados grupos etários pois a partir 2017, no grupo etário dos 0-14 anos já se verifica uma percentagem maior de pessoas do sexo masculino.
- Apesar do aumento do índice de envelhecimento ter aumentado, a população concelhia ainda é marcada por uma população jovem em idade ativa (dinamismo socioeconómico). Mas perspetiva-se que até 2031, o envelhecimento seja mais acentuado, principalmente nas freguesias rurais mais distantes da sede do concelho como Foz de Arouce e Serpins.

Quanto à estrutura da família (dados de 2011)

- Tipologia das famílias - predominância da família clássica com pessoas a cargo representa (47%).
- N.º de famílias monoparentais (12%) e unipessoais (20,1%).
- Nos anos em referência (2011/2017) verificou-se alteração da estrutura familiar com o aumento da Taxa Bruta de divórcio / aumento do n.º de famílias reconstituídas.
- Aumento do n.º de nados vivos fora do casamento.

Análise Swot- Território /Demografia

FRAQUEZAS	FORÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fragilidades na área das acessibilidades; ➤ Desertificação das zonas rurais V/S concentração na zona urbana Vila; ➤ Coberto vegetal composto por espécies invasoras; ➤ Diminuição da população; ➤ Baixa natalidade; ➤ Envelhecimento associado/ maior dependência isolamento dos idosos; ➤ Desfiliação familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acessibilidades - (rede externa e interna) proximidade com Coimbra. O Acordo com a TRANSDEV contribui para melhorar as acessibilidades da rede interna (interfreguesias); ➤ Existência de uma paisagem natural diversificada e preservada (recursos florestais e hídricos). Constitui uma referência natural e é responsável pela atração de turistas ao longo de todo o ano e nas mais diversas atividades; ➤ Concelho jovem – potencial de dinamismo económico assume-se como um polo de atratividade, com grande potencial a incrementar e/ou desenvolver, na área do turismo; ➤ Património natural, religioso, cultural e gastronómico fatores potenciadores da consolidação da “MarcaLousã” no contexto regional e sua afirmação a nível nacional; ➤ Apesar da diminuição da população, é um concelho dotado de sustentabilidade demográfica.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Candidatura a Programas /Projetos Comunitários. Novo Quadro Comunitário-Portugal 2020; ➤ Implementação do Plano de Acessibilidades e Mobilidade do Concelho – Metro Bus; ligação à IP3 em alternativa à N17; ➤ CLDS 4G; Programa Escolhas 7G; ➤ Redes e parcerias Sub-regionais de valorização do património natural e cultural com enfoque na sustentabilidade de novas abordagens aos desafios da sociedade contemporânea e turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A concretização de alguns dos objetivos está dependente de apoios provenientes de candidaturas a fundos comunitários; ➤ Uma crise económica poderá condicionar a aprovação de candidaturas a programas/projetos de intervenção aos vários níveis: da acessibilidade, económica, social e comunitária, entre outras.

1.3 - Dinâmica empresarial do Concelho

O Município da Lousã ciente dos atuais condicionalismos e constrangimentos inerentes à situação económica nacional e europeia, tem-se assumido como um parceiro ativo e cooperante junto dos agentes económicos nas suas mais diversas facetas e áreas de atuação.

Sendo o progresso económico um dos vetores fundamentais para o desenvolvimento estratégico concelhio, a Lousã tem apostado na captação de investimento, no reforço do tecido empresarial e do ecossistema existente com vista à promoção da empregabilidade.

Com o intuito de potenciar o investimento privado e a criação de emprego, valorizando o território e o aumento da competitividade das empresas, o município lançou mais uma ferramenta importante para a captação de investimento e para a dinamização económica do concelho, tornando-o mais atrativo para a localização de novos negócios: o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento económico.

A par de todas estas ações, e mais recentemente, foi criado o Gabinete Apoio ao Investidor da Diáspora – GAID que tem competências na promoção, apoio e facilitação do investimento em Portugal originário das comunidades portuguesas e lusodescendentes. Este gabinete em articulação com a AICEP assegura que o investidor possa beneficiar da adequada informação e do acompanhamento permanente, numa perspetiva de simplificar e agilizar processos, tentando assegurar uma “via verde” para o seu investimento.

Todas as políticas de apoio ao desenvolvimento económico implementadas pela autarquia têm tido resultados expressivos que têm beneficiado do contributo das principais fileiras existentes no concelho: Material Elétrico, Bebidas, Papel, Têxteis, Produtos Cosméticos e Alimentares.

O tecido empresarial da Lousã encontra-se bem diversificado por intermédio de uma distribuição equilibrada do emprego e da criação de valor ao longo dos diferentes agentes económicos. Esta diversificação bem-sucedida encontra-se expressa nos indicadores abaixo indicados.

Tabela 6- Indicadores da dinâmica empresarial

Indicadores	2011	2015/2016
Nº de empresas	1623	1701 (2016)
N.º de Empresas reconhecidas como PME Líder e Excelência	15	11
Pessoal ao serviço das empresas	3552 (2013)	3814 (2016)
Taxa de Desemprego	11%	5,7% (Nov.2018)
Poder compra Per Capita	80,7%	81,7% (2015)
Taxa de atividade	47,1%	43,6%
Setores de atividade		
Primário	2,4%	2,4% (2016)
Secundário	26,6%	25% (2016)
Terciário	71%	72,6% (2016)
Proporção de Importações Intercomunitárias (UE28 no total das importações)	92,9%	90,2% (2016)
Proporção de exportações Intercomunitárias (UE28 no total das exportações)	54,6 %	56,2 % (2016)
Comércio internacional - Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens	143,1%	91,6% (2016)
Densidade empresas	11,7% Km2	12,3% Km2 (2016)
Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	97%	97,6% (2016)
Indicador de Concentração do Volume de negócios das 4 maiores empresas	33,3%	36,4% (2016)
Volume de negócios por empresa (milhões de Euros)	187.2	190.8 (2016)
Lucro tributável em sede IRS por Habitante	1242.2	1736.9 (2014)
Rendimento bruto em sede IRS por habitante	7104,2€	6878.1€ (2013)
Constituição de entidades coletivas ou entidades equiparadas	40	38 (2017)
Dissolução de entidades coletivas ou entidades equiparadas	20	11(2017)

Fonte: INE

Tabela 7-Indicadores referentes a Comércio Internacional

Saldo balança comercial	2016			2017			
	Exportações	Importações	Variação Imp % (2016/2015)	Saldo balança comercial	Exportações	Importações	Variação Imp % (2016/2015)
-4 025	43 993	48 018	11,1	4 668	44 155	39 487	-17,8

Fonte: INE; DataCentro

Tabela 8: Relação entre ofertas de emprego e colocações

	2015	2018	Varição
Ofertas de Emprego /ano	518	587	69
Colocações de emprego/ano	332	353	21

Fonte: IAFP- Estatísticas por concelho 2015-2018

Resumo da dinâmica empresarial do Concelho

De acordo com INE/Plataforma Data Centro, entre 2011 e 2016, a taxa de atividade no Concelho da Lousã evoluiu de forma negativa (-3,5%). Apesar disso, verificou-se:

- Ligeiro aumento do poder de compra (+0,7%).
- Aumento do nº de empresas (+78). A proporção do nº de pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas foi superior às dissolvidas. Nos últimos quatro anos foram criadas 117 empresas e dissolvidas 67.
- A maioria das empresas é de pequena e média dimensão (97,6%), com menos de 10 pessoas ao serviço.
- Ligeiro aumento da densidade de empresas por Km² (+0,6%).
- Entre os anos de 2013 e 2016, aumentou o pessoal ao serviço das empresas (+10%).
- Aumento de volume de negócios quer a nível interno, quer externo. Em 2017, o peso das exportações foi superior ao das importações: – balanço comercial positivo com 4668 M€.
- Existência de quatro polos Industriais e tecido empresarial determinado por um forte espírito empreendedor. Distinção de algumas empresas do tecido empresarial lousanense com o estatuto PME Líder e PME Excelência.

Setores de atividade

População ativa - 6851 (2017)

- Mantem-se o emprego no setor primário com a mesma percentagem (2,4%).
- Ligeira diminuição do emprego no setor secundário, passando de 26,6% para 25% (-1,6%).
- Reforço da relevância do emprego no setor terciário passando de 71% para 72,6% (+1.5%).
- Verifica-se maior número de ofertas de emprego entre 2015 e 2018 bem como de colocações.
- Colocação de emprego / ofertas de emprego entre 2015 e 2018 verifica-se, em termos relativo, uma diminuição das colocações face às ofertas, passando de 64% para 60 % de colocações.

1.4 -Impacto dos incêndios de 15 de outubro de 2017 no território

Tabela 9- Impacto dos incêndios no território

Incêndios	2017
Nº de empresas afetadas	18
Nº de famílias afetadas na 1ª habitação	11
Nº de famílias afetadas na 2ª habitação	
Área total florestal ardida	4378,71 ha
Freguesia Lousã e Vilarinho	785,64 ha
Freguesia de Serpins	3286,60 ha
Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio	306,47 ha
Total de estragos (reportados pelas empresas)	2 215 766€

Recursos /medidas de apoio

Apoio às vítimas de incêndio – Medidas de apoio social

Apoio ao realojamento pós incêndio - CCDR

Medidas de apoio aos agricultores afetados pelos incêndios: Medida 6.2.2 – Restabelecimento do potencial produtivo – PDR - Compensação de prejuízos aos Pequenos Agricultores / Compensação de prejuízos às Explorações Agrícolas

Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas - Medida Repor

Incentivo Extraordinário para a Manutenção dos Postos de Trabalho (incêndios) – IIEFP

Adaptação da Medida Contrato-Emprego (prevista na Portaria n.º 254/2017, de 11 de agosto - Incêndios na Zona Centro do País) – IIEFP

Medidas de apoio às populações e empresas, do âmbito de atuação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (atribuição de apoios imediatos destinados às populações e empresas afetadas pelos incêndios)

Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios - apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios
Aviso N.º CENTRO-M9-2018-08, relativo ao SI2E - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego, criado com o intuito de atrair novo investimento empresarial e emprego para os territórios afetados pelos incêndios

IMI – a Câmara Municipal isentou de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) o edifício parcial ou totalmente afetado pelos incêndios de 15 de outubro

Análise Swot- Mercado de trabalho, empreendedorismo

FRAQUEZAS	FORÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Algumas grandes empresas da freguesia de Serpins foram assoladas por incêndio; ➤ Mercado de trabalho incapaz de absorver mão-de-obra, altamente qualificada; ➤ Fraco incentivo ao empreendedorismo jovem; ➤ Pouca abertura das empresas para a realização de estágios internos; ➤ Zona industrial pouco apelativa à fixação de empresas (espaço, sinalização, serviços, transportes); ➤ Pouca valorização dos níveis de certificação dos adultos para obtenção, manutenção ou progressão no emprego; ➤ Pouca flexibilidade no horário de trabalho; ➤ Fraca participação em ações de responsabilidade social, por parte das empresas locais; ➤ Pouca abertura por parte das empresas para desenvolverem processos formativos internos; ➤ Desigualdade salarial entre os géneros; ➤ Desajustamento entre a oferta disponível e as competências dos inscritos no Centro de Emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Existência de quatro polos Industriais e tecido empresarial determinado por um forte espírito empreendedor. Distinção de algumas empresas do tecido empresarial lousanense com o estatuto PME Líder e PME Excelência; ➤ Gastronomia rica e existência de bens de qualidade ao nível de produtos endógenos (mel, castanha e produtos hortícolas, caprinos) - Marca Lousã; ➤ Aposta na Formação qualificante competências ajustadas às exigências do mercado de trabalho atual; ➤ Empreendedorismo competitividade e atualização tecnológica permanente por parte das grandes empresas; ➤ Gabinete de apoio ao empreendedor e ao empreendedorismo; ➤ A serra da Lousã reúne condições naturais propícias ao desporto aventura e de atratividade turística e de exploração florestal.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Candidatura a Programas /Projetos Comunitários. Novo Quadro Comunitário- Portugal 2020; ➤ Alargamento da zona industrial Alto Padrão; ➤ Redes e parcerias Sub-regionais de valorização do património natural e cultural com enfoque na sustentabilidade de novas abordagens aos desafios da sociedade contemporânea e turismo; ➤ A nível da acessibilidade, a sua proximidade com Coimbra e a perspetiva de ligação através de Metro Bus; ➤ Quadro Estratégico Comum (QEC), para o período 2014-2020. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Uma crise económica poderá condicionar a aprovação de candidaturas a programas/projetos de intervenção aos vários níveis: da acessibilidade, económica, social e comunitária, entre outras.

2 - Educação

2.1- Taxa de escolarização e qualificação

Tabela 10- Indicadores de escolarização

Indicadores	2013/2014	2016/2017	Varição
Taxa bruta de pré escolarização	84,7%	91%	+6,3%
Taxa bruta de escolarização do ensino básico	92,6%	90,9% (2015/16)	-1,7%
Taxa bruta de escolarização do ensino secundário	88,6%	78,5%	-10,1%
Taxa de retenção e desistência no 3º ciclo do ensino básico	17,5%	9,9%	- 7,6%
Taxa de transição /conclusão do ensino secundário	80,3%	87,1%	+6,8%

Fonte: Censos 2011 (Data Centro)

Tabela 11- Indicadores da qualificação escolar

Qualificação	%
Proporção da população com 15 ou mais anos com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo	50,7
Proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer grau de ensino completo (censos)	8,9
Proporção da população com 18 ou mais anos com pelo menos o ensino secundário completo (censos)	30,3
Proporção da população entre os 30 e 34 anos com ensino superior completo (Censos)	23,2
Proporção da população residente com ensino superior completo (censos)	12,5
Taxa de analfabetismo (censos)	3,7

Fonte: Censos 2011 (Data Centro)

Resumo: taxa de escolarização do concelho

- De acordo com INE, entre os anos letivos 2013/14 e 2015/16, a **taxa bruta de escolarização**, ou seja, a relação entre o número de alunos matriculados e a população residente em idade de frequentar esses níveis de ensino, **aumentou (6,3%) e a maior redução** verificou-se no ensino secundário (- 10,1%).
- No que diz respeito à taxa de retenção e desistência, comparando os dados do ano letivo de 2013/14 e o 2016/2017, verificou-se uma diminuição em quase todos os níveis de ensino (AEL), com maior enfoque no 3º ciclo (- 7,6%), fator bastante positivo para o Concelho.

2.2- Rede de Equipamentos Escolares / nº de alunos por níveis de ensino

Tabela 12-Número de alunos por níveis de ensino

Indicadores -Rede. Escolar	2013/2014	2015/16	2018/19	Varição entre 2013/2017
Rede equipamentos escolares	28	17	17	-11
Nº Refeitórios escolares	13	12	7	-6
N.º de alunos da rede pública	2401	2251	2122	-279
N.º de alunos da rede solidária	166	130	225	+59
N.º de alunos da rede privada lucrativa	7	0	0	-7
N.º total de alunos	2574	2382	2347	-227
Pré-escolar público	336	335	276	-60
Pré-escolar rede solidária	95	92	89	-6
Pré-escolar privada lucrativa	7	0	0	-7
1º Ciclo	721	671	645	-76
2º Ciclo	377	341	338	-39
3º Ciclo	587	549	519	-68
Secundário Regular	313	251	272	-41
Secundário Profissional	138	92	72	-66
Escola Profissional	71	38	136	+65
N.º de alunos estrangeiros (AEL)	70	56	34	-66
		(2014/2015)		
Nº alunos com NEE	158	166	121	-37
Cursos de aprendizagem	-	26	50	

2.3-Educação Especial

Tabela 12- Alunos NEE com apoio direto de docente educação especial

Tipo de apoio	14/15		15/16		17/18		18/19	
	Alíneas a); b); c); d); f)	Alíneas c); e); f);	Alíneas a); b); c); d); f)	Alíneas c); e); f)	Alíneas a); b); c); d); f)	Alíneas c); e); f)	Alíneas a); b); c); d); f)	Alíneas c); e); f)
Com apoio direto de docente educação especial	37	63	105	61	136	48	109	47
Sem apoio direto do docente de educação especial	66	0	22	0	31	0	11	0

Fonte: Agrupamento de Escolas da Lousã

Enquadramento legal DL 3/2008.

2.3.1 Centro de Recursos para a Inclusão – ARCIL

Tabela 13- Alunos apoiados pelo CRI, medidas e tipo de apoio

Ano letivo	Alunos Abrangidos	M	F	Psicologia	Terapia da Fala	Terapia Ocupacional	Psicomotricidade	Fisioterapia	PIT
2012/13	63								
2015/16	74	45	29	19	43	31	0	15	25
2017/18	74			31	27	12	8	20	14

Fonte: CRI-ARCIL

Tabela 14- Diagnóstico das perturbações

Ano letivo	Perturbação do Espectro de Autismo	Incapacidade intelectual	Multideficiência	Perturbação da linguagem	Perturbação emocional/ Comportamental	Paralisia Cerebral
2015/16	10	42	7	12	2	1
2017/18	12	40	9	6	6	1

Fonte: ARCIL

Problemas identificados no âmbito do grupo de trabalho da Rede Social: rede de serviços e equipamentos escolares

- Entre os anos letivos 2012/13 e 2018/2019 verificou-se uma diminuição da população escolar, em todos os níveis de ensino, em cerca de 10%, sendo mais acentuado no pré-escolar com menos 72 crianças. Este facto deve-se em grande parte ao desequilíbrio demográfico relacionado com a baixa natalidade, diminuição do nº de alunos estrangeiros (-66), à saída de alguma população jovem e também à saída de alunos para outras escolas fora do Concelho.
- Esta dinâmica demográfica foi acompanhada por uma transformação profunda do parque escolar, assente no encerramento de estabelecimentos de pequena dimensão (em especial nos pré-escolar, quer da rede pública, quer da privada e 1º Ciclos do Ensino Básico com maior repercussão nas zonas rurais do Concelho, verificando-se uma diminuição dos estabelecimentos de ensino tanto do pré-escolar como do 1º ciclo, passando de 28 para 17 estabelecimentos. Esta situação é coincidente com a criação de um só Agrupamento de Escolas da Lousã, e com a construção da nova escola básica de 1º, 2º e 3º ciclos e requalificação/modernização de outros estabelecimentos de ensino nas zonas urbanas o que levou à maior concentração de crianças nas escolas sediadas na União Freguesia da Lousã e

Vilarinho.

Outras alterações relevantes:

- Redução/extinção dos cursos Vocacionais (nova legislação).
- Diminuição do nº de alunos no AEL do ensino secundário, em especial nos cursos profissionais, ao invés, verificou-se aumento significativo de alunos no ensino profissional EPL, com maior enfoque a partir do ano letivo de 2016/2017.
- Existência de formação profissionalizante em diversas áreas que confere também equivalência escolar, assegurada por entidades formadoras como IEPF, Associação Konkrets; ARCIL, entre outras.
- Nº de alunos com NEE tem vindo a diminuir.
- Centro de Atividades Ocupacionais para jovens com espectro de Autismo e respostas de carácter intermédio para alunos escolarizados que deem continuidade ao trabalho desenvolvido pela escola.
- Falta de respostas diárias no pós-escolar, nomeadamente nas respostas nos períodos de férias escolares, para Crianças e jovens com deficiência, especificamente as que frequentam as unidades de multideficiência e autismo.

2.4- Sucesso Escolar

O Agrupamento de Escolas da Lousã (AEL) propôs-se atingir algumas metas, tendo, para o efeito, definido alguns parâmetros, tais como: abandono escolar, sucesso escolar, qualidade do sucesso escolar e redução dos procedimentos disciplinares.

O quadro abaixo refere os diversos indicadores comparando metas com resultados, nos três anos 2013 /2014 até ao 2017/2018.

Tabela 13 - Resultados escolares do ano letivo 2014/2015 e 2015/2016 em comparação com as metas definidas

OBJETIVO	CICLO DE ENSINO		RESULTADOS ⁽¹⁾			METAS 2015/16	Metas 17/18	INDICADORES
			2013/14	2015/16	2017/18			
Reduzir a taxa de abandono escolar	1º CEB		0,00%	0,30%	0,000%	0,00%	0,000%	Taxas de abandono escolar
	2º CEB			0,60%				
	3º CEB			0,60%				
	SEC (regular)			1,10%				
Aumentar a taxa de sucesso escolar no Ensino Básico	1º CEB	1º	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxas de transição, por ano de escolaridade, calculadas a partir das pautas de resultados escolares finais do 3.º período
		2º	92,80%	88,73%	92%	92,50%	95,50	
		3º	94,60%	97,95%	97%	94,92%	96,50	
		4º	96,70%	99,42%	100%	98,18%	98,50	
	2º CEB	5º	92,50%	94,89%	95%	89,50%	95,75	
		6º	87,40%	91,98%	98,4%	87,90%	93,50	
	3º CEB	7º	70,80%	87,50%	95,3%	86,00%	88,00	
		8º	94,90%	96,00%	97,4%	91,00%	96,00	
		9º	89,10%	95,70%	93,1%	92,00%	96,50	
Aumentar a taxa de sucesso escolar no Secundário	10º		76,00%	84,50%	78,95	81,00%	78,95	Taxas de transição, por ano de escolaridade, calculadas a partir das pautas finais
	11º		81,60%	90,50%	97,26	93,00%	97,26	
	12º		64,30%	96,30%	100%	73,00%	94,82	
Melhorar a qualidade do sucesso escolar no Ensino Básico	1º CEB	1º 2º 3º	Não se aplica					Taxa de alunos sem qualquer nível inferior a três
		4º	90,50%	93,02%	91%	91,00%	97,53%	
	2º CEB	5º	58,40%	71,00%	66%	58,90%	65,00%	
		6º	65,0%	61,00%	70%	65,50%	60,00%	
	3º CEB	7º	54,60%	42,80%	60,69%	54,90%	50,00%	
		8º	53,00%	39,90%	52,94%	53,50%	53,00%	
Melhorar a qualidade do sucesso escolar nos 10º, 11º e 12º anos	10º		47,00%	49,00%	53,15%	63,90%	54,00%	Taxa de alunos sem qualquer classificação inferior a dez
	11º		69,70%	76,00%	77,03%	69,80%	79,00%	
	12º		70,50%	81,00%	73,58%	89,00%	90,00%	
Reduzir o número de procedimentos disciplinares	AEL		8	0	2	7	0	Número de procedimentos disciplinares

Fonte: Agrupamento de Escolas da Lousã

Tabela 14-Número de alunos retidos nos anos letivos de 2013/2014, 2015/2016 e 2017/2018

Ciclos	2013/14	2015/2016	2017/2018
	%	%	%
1ºCEB	5,3%	4,6%	3,6
2º CEB	9,2%	6,5%	3,3
3º CEB	15,06%	7%	4,7
10º	24%	15,5	21,05
11º	18,4%	9,5	2,74
12º	35,7%	3,7	0

Fonte: Agrupamento de Escolas da Lousã

Tabela 15- Alunos da Escola Profissional retidos nos anos letivos 2013/14, 2014/15 e 2017/18

Ano letivo	Total de alunos	Desistiram	Concluíram o ciclo formativo	Retidos
2013/2014	71	13	27	5
2014/2015	51	3	14	1
2017/2018	89	12	0*	1

Fonte: Escola Profissional da Lousã

*Não havia alunos a concluir o ciclo no ano 2017/18

Resumo /análise da Indicadores da taxa de escolarização e sucesso escolar

De acordo com os dados do AEL, entre os anos 2015/2016 e 2017/2018, no que diz respeito a **Taxas de transição por ano de escolaridade**, calculadas a partir das pautas finais, verifica-se:

- Relativamente **“Abandono Escolar”**, no 1º ciclo foi atingida a meta de 0,00%, tendo melhorado em relação ao ano letivo 2015/16.
- Quanto ao **“Aumento da taxa de sucesso escolar”**, ou seja, a Taxas de transição por ano de escolaridade, calculadas a partir das pautas finais, verificou-se que no 1º, 2º e 3º CEB, os resultados foram bastante positivos (superior a 90%). A única meta não atingida foi no 2º ano, em que a meta proposta foi de 95,5% e foi atingido apenas, 92%. No secundário a meta foi superada nos anos 11º e 12º, com maior destaque no 12º ano, onde foi atingido 100%, verifica-se, no entanto, que a taxa de transição no 10º ano é a mais baixa (apresenta cerca 20% de retenções).

Relativamente à **“Melhoria da qualidade do Sucesso escolar”**, Taxa de alunos sem qualquer negativa verificamos:

- No 4º ano, apesar dos resultados serem bastante positivos (91%), estes indicadores foram ligeiramente inferiores às metas estabelecidas.
- No que diz respeito ao 2º CEB, as metas foram superadas, no entanto, verificamos que no 5º ano a percentagem é de apenas 66%.

- Quanto à Taxa de alunos sem qualquer nível inferior a três verifica-se que 3º CEB, as metas traçadas são relativamente baixas e os resultados obtidos também.
- No ensino secundário, os resultados foram inferiores às metas estabelecidas, mas ligeiramente superior ao dos anos letivos anteriores. O 10º ano foi onde se verificou a percentagem mais baixa e com valores ligeiramente abaixo do objetivo proposto.
- Quanto ao ensino profissional verifica-se um aumento do nº de alunos, mas uma percentagem de 13,8% de desistências.
- Concluindo: Verifica-se a persistência de níveis de insucesso escolar, em especial no 3º CEB e 10º ano.
- Os alunos NEECP apresentam elevadas taxas de sucesso, o que se deve à existência de várias equipas de apoio. No ano de 2018/2019 apuramos os dados tendo em conta o enquadramento legal anterior (DL 3/2008). Contudo, com a transição para a nova lei (DL 54/2018), a terminologia alterou-se, sendo que o AEL está numa fase transitória de dados. Desta forma, os dados que seguem relativos ao presente ano letivo remetem para a anterior lei.
- Relativamente ao concelho da Lousã, em 2015/2016, o CRI da ARCIL acompanhou 74 crianças com Necessidades Educativas Especiais de Caráter Permanente (NEECP) que integram o Agrupamento de Escolas da Lousã e no ano 2017/18, manteve o mesmo número de alunos. Este facto decorre da atribuição do mesmo valor de financiamento, nos três últimos anos letivos, impedindo a contratação de mais técnicos para responder às necessidades identificadas.
- No âmbito do processo de Transição para a Vida Pós-Escolar (TVPE), em 2015/2016 foi prestado apoio/ acompanhamento a 25 alunos e em 2017/2018 a 14 alunos. Muito embora este processo não seja da exclusiva responsabilidade do CRI, o facto de existir um técnico que presta suporte na implementação, acompanhamento e avaliação dos Planos Individuais de Transição, constitui uma mais-valia para a qualificação desta área de intervenção.

2.4.1-Indisciplina

Tabela 16-Participações disciplinares/anos letivos 2013 a 2015

Ciclo	Ano escol.	Participações Disciplinares			
		Anos			
		2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Total 1º CEB			2	15	50
Total 2º CEB			120	85	56
Total 3º CEB		517	319	268	204
Total Voc		115	96	141	
Total CEF		104	127		
Total SEC		11	7	4	5
Total CP		104	9	55	
Total AEL		851	680	568	315

Fonte: Agrupamento de Escolas da Lousã

Tabela 17-Medidas aplicadas por ano de escolaridade (relatório 2016/2017)

Ciclo	Participações em contexto de aula	Número de ocorrências fora da aula	Número de ordens de saída da sala de aula	Número de medidas de integração	Número de repreensões registadas	Número de dias de suspensão
1º	50	19	4	0	4	2
2º	56	43	40	8	4	18
3º	204	17	238	15	8	26
Sec.	5	0	3	0	0	0
Total	315	79	285	23	16	46

N.º de processos disciplinares: 3

Fonte: Agrupamento de Escolas da Lousã

Problemas identificados no âmbito do grupo de trabalho da Rede Social: Indicadores da indisciplina

Indisciplina

- As participações disciplinares têm vindo a diminuir ao longo dos quatro anos letivos em análise, passando de 851 para 315.
- Verifica-se que a maior incidência de participações ocorre no 3º Ciclo, no 7º ano de escolaridade. Também nos cursos de Educação Formação (CEF).
- A Indisciplina na escola, apesar de ter vindo a diminuir, é uma questão recorrentemente sinalizada pelos professores, manifestando-se já ao nível dos alunos do 1º ciclo. Assim, podemos considerá-la como um problema, tendo em conta as repercussões, nomeadamente ao nível das relações interpessoais da comunidade escolar que podem estar associadas à inadaptação do aluno ao próprio sistema de ensino, aos défices afetivos, baixa autoestima, e até fatores biológicos dificuldades de aprendizagem de modelos familiares de educação que propiciam a conduta agressiva das crianças e falta de supervisão parental.

2.5- Ação Social Escolar

Tabela 18 - Ação Social - refeições escolares

Escalão	Níveis de ensino														Total de alunos	Peso relativo
	Total Alunos	Pré Esc.		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Total de alunos				
		A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B			
2013/2014	2472	71	61	201	133	96	64	112	105	26	51	506	414	920	37,2%	
2015/2016	2251	79	60	180	121	80	73	127	124	29	44	495	422	917	40,7%	
2018/2019	2122	45	51	145	135	70	68	113	94	48	33	421	381	802	37,7%	

Fonte: CML- Secção de educação e AEL

Tabela 19 - Ação Social Escolar – apoio em livros

	2013/14	2017/18
Apoio para material escolar e livros - escalão A	422	376
Apoio para material escolar e livros – escalão B	306	330
Refeições escolares (escalão A e B) vários níveis de ensino	920 (37,2%)	827(38,7%)
Suplemento alimentar atribuído pelo “Programa Pera” AEL	62(2014/15)	26
Transportes escolares	481	430

Fonte: Câmara Municipal da Lousã e AEL

A Taxa de cobertura do serviço de refeição é de 100%, embora por questões opcionais, a frequência seja inferior, ou seja, no pré-escolar ronda os 88 % e no 1ºciclo EB é de 98%.

Análise dos Indicadores da Ação Social escolar

- A Ação social escolar reveste-se do apoio aos alunos que integram o 1º e 2º escalão de abonos de família, sendo assegurado aos alunos o apoio em livros, material escolar e refeições escolares.
- Deste modo, tendo por base o levantamento dos indicadores das refeições escolares em todos os níveis de ensino do AEL, incluindo aqui também as crianças do pré-escolar, verificou-se uma ligeira diminuição de 2,3%, entre os anos letivos 2015/14 e 2018/19, em termos relativos, passou de 40% para 37,7%, sendo que, a maior percentagem, são de alunos no escalão “A”.
- Ao nível do pré-escolar, o apoio reveste-se na isenção ou redução do pagamento da mensalidade das AAAF e também n o pagamento da refeição.
- Entre o ano letivo 2013/2014 e o 2018/2019- verificou-se uma diminuição quanto ao número de alunos a beneficiar de transporte escolar. Este facto pode estar associado à diminuição de crianças nas zonas rurais V/S maior concentração urbana e ao facto de em 2017/18 a Câmara Municipal deixar de assumir os transportes dos alunos com NEECP, passando este a ser da competência da DGEsTE, tendo protocolizado diretamente com a ARCIL.

Análise Swot – Educação /formação

FRAQUEZAS	FORÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Com o encerramento de alguns jardins-de-infância situados em meio rural e distantes da sede do concelho, coloca-se em questão a igualdade de oportunidades no acesso a este nível de educação; ➤ Desmotivação, insucesso, indisciplina são alguns dos problemas apontados cujas causas são diversas e complexas; ➤ Fracas competências pessoais e sociais dos jovens na construção dos seus projetos de vida; ➤ Reduzida participação cívica dos jovens na dinâmica da escola e da comunidade; ➤ Dificuldade por parte dos pais e educadores em desenvolver estratégias de animação que compitam com as TIC, ou seja, ao uso excessivo, por parte das crianças e jovens, das Tecnologias de Informação e Comunicação; ➤ Ocupação excessiva do tempo das crianças em atividades, ficando com falta de tempo para brincar; ➤ Qualidade de sucesso escolar muito baixa no 3º CEB, com maior enfoque no 8º, e no secundário no 10º ano e cursos profissionais; ➤ Dificuldade, por parte dos assistentes operacionais, em trabalhar com jovens e conseqüentemente gerir os conflitos entre pares; ➤ Insuficiência/inadequação de resposta para jovens com idade superior a 15 anos que apresentam desmotivação para a escola, situação que se reflete nas dificuldades de aprendizagem e no absentismo; ➤ Oferta educativa não ajustada às necessidades do mercado de trabalho; ➤ Alguns alunos optam por outras escolas fora do concelho no ensino secundário; ➤ Fraco incentivo ao empreendedorismo jovem; ➤ Insuficiente articulação entre os diversos projetos concelhios em torno de objetivos comuns; ➤ Indisciplina é um tema recorrentemente sinalizado pelos professores; ➤ Ausência de espaços adequados para realização dos apoios terapêuticos nas escolas (CRI). 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Profissional com possibilidade de criação de novos cursos; ➤ Agrupamento de escolas disponível para melhorar a articulação entre as diversas estruturas que participam no processo educativo (escolas, empresas, associação de pais, associação de estudantes) na delineação de objetivos comuns; ➤ Atividades extracurriculares promovidas pelas várias entidades e pela própria escola; ➤ Aposta em currículos alternativos; ➤ Programas de Capacitação dos técnicos /educadores/pais e colaboradores.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Existência de equipas multidisciplinares e de alguns programas e projetos promotores do sucesso educativo; ➤ Plano de Prevenção do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Escolar com a CIMRC; ➤ Programa Escolhas 7ª Geração; ➤ Projeto Educativo Local; ➤ Carta das Cidades Educadoras; ➤ Projeto Tecer a Prevenção - CPCJ; ➤ Programa - CLDS 4G; ➤ Orçamento Participativo Jovem; ➤ Plano Municipal juventude - Conselho Municipal da Juventude; ➤ Proximidade da escola com a comunidade através dos projetos educativos; ➤ Projetos de Empreendedorismo nas Escolas e a Semana do Empreendedorismo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escolas massificadas, com excessivo número de alunos por turma; ➤ Dificuldade da escola em dar respostas educativas/formativas adequadas às necessidades dos alunos; ➤ Pouca diversidade da oferta educativa/formativa (especialmente a partir do 3º ciclo); ➤ Modelo curricular rígido, extenso e desadequado; ➤ Integração dos alunos com dificuldades educativas em turmas, sem acautelar as suas especificidades e necessidades.

3 -Família /Parentalidade

A existência de modelos educativos e de parentalidade desajustados às necessidades das crianças e jovens (negligência familiar e parental) e a fraca capacitação das próprias para o exercício dos seus direitos, muitas vezes está associado a um conjunto de causas, relacionadas, por um lado, com as condições de vida dos educadores no exercício da sua parentalidade, tais como, situações de desemprego, insuficiência de rendimentos, que se repercutem ao nível do acesso a cuidados básicos e que por isso não garantem o adequado desenvolvimento, segurança e proteção das crianças e jovens, por outro lado, pode estar associado a outros fatores que se refletem ao nível dos seus comportamentos emocionais em meio familiar e escola como as novas estruturas familiares, situações de alcoolismo ou consumos de substâncias aditivas, problemas conjugais, problemas de foro mental, métodos disciplinares que incluem agressão física e escasso controlo.

3. 1- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lousã

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são instituições oficiais, não judiciárias, com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral” (art.º 12 da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro-Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

Tabela 20-Processos entrados na CPCJL - anos 2012/2014/ 2017

Entrada de processos	Transitado	Instaurados	Reabertos	Total
Ano de 2012	46	59	1	106
Ano de 2014	43	57	12	112
Ano de 2017	52	67	2	121

Fonte: CPCJ Lousã

Tabela 21-Resumo dos processos concluídos na CPCJL de 2012/14/17

Saída de processos	Total de processos	Arquivados	Enviados Tribunal	Enviados para outras CPCJ	Totais arquivados	%
Ano de 2012	106	47	7	2	49	46%
Ano de 2014	100	45	14	1	46	45%
Ano de 2017	121	23	16	0	39	32%

Fonte: CPCJ Lousã

Tabela 22-Motivo de envio de processos para Tribunal de 2012 /14/17

Motivos	2012	2014	2017
Ausência consentimento	1	3	5
Incumprimento APP	2	5	2
Procedimento urgência (artº 91º)	-	1	2
Encaminhamento para adoção	4	2	0
Responsabilidades parentais	-	3	0
Indisponibilidade de meios para aplicar/executar a medida	-	-	2
Retirada do consentimento	-	-	5
Total	7	14	16

Fonte: CPCJ Lousã

Tabela 23-Acordos de Promoção e Proteção celebrados - Medidas aplicadas entre 2012/ 2014 / 2017

Medidas aplicadas	2012	2014	2017
Em meio natural de vida	27	26	50
Apoio junto de outro familiar	3		4
Em instituição		4	3
Artigo 91.º, Lei 147/99		1	2
Total	30	31	59

Fonte: CPCJ Lousã

Tabela 24- Processos Instaurados - Análise por escalão etário e género entre 2012/ 2014/ 2017

Grupo etário/ género	2012			2014			2017		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T
0 – 6 anos	11	6	17	8	6	14	9	11	20
7 – 18 anos	29	13	42	31	12	43	29	22	51
Total	40	19	59	39	18	57	38	33	71

Fonte: CPCJ Lousã

Tabela 25-Problemáticas dominantes em 2012 /2014/ 2017

Problemática dominante	2012	2014	2017
AS – Abuso sexual	3	2	2
CAESP – Ausência suporte familiar	-	2	2
CJACABED – Criança assume comportamentos que afetam seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada	4	4	7
CJACABED – Comportamentos graves anti-sociais ou de indisciplina	1	-	1
ECPCBEDC – Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	21	18	22
MT – Mau trato físico	2	4	5
MTPIA – Mau trato psicológico ou indiferença afetiva	1	-	-
NEG – Negligência	17	16	14
SPDE – Abandono escolar	5	-	-
SPDE – Absentismo escolar	5	9	8
OUT – outras situações		2	-
Total	59	57	61*

Fonte: CPCJ Lousã

Tabela 26- Número de casos sinalizados por entidades/família

Entidades sinalizadoras	2012	2014	2017
Família	6	5	5
Escola	17	19	14
Forças de Segurança	12	8	20
Ministério Público	6	1	8
Saúde	5	3	3
Anónima	3	8	4
CPCJ	6	8	5
CML – Ação Social	2	-	3*
Outras Entidades	2	4	2
Próprio, vizinhos ou outros	-	1	8
Total	59	57	72

*1 Processo foi reaberto no mesmo ano (total 71)

Fonte: CPCJ Lousã

Tabela 27-Quadro resumo CPCJL

Infância e juventude (até 18 anos)			
Indicadores	2012	2014	2017
Total Processos (transitados, instaurados e reabertos)	106	112	121
Totais processos concluídos /Arquivados	49	46	39
Totais processos enviados para Tribunal	7	14	16
Processos instaurados:	59	57	71
Por faixa etária			
0-6 anos	17	14	20
7-18 anos	42	43	51
Acordos de Promoção e proteção celebrados	30	31	59

Resumo /análise dos Indicadores – CPCJ

- Aumento de sinalizações/ano na CPCJ. O n.º processos acompanhados pela CPCJL (total de transitados, instaurados e reabertos) entre os anos de 2012 e 2017 é bastante representativo (em média são acompanhadas 120 crianças por ano).
- Quanto ao número de processos instaurados por género, nos anos em referência, verifica-se um maior nº no sexo feminino. No que respeita ao escalão etário, verificou-se maior representatividade na faixa etária dos 7 aos 18 anos.
- Destaca-se o aumento de sinalizações por “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança”, seguido de “Negligência”, apesar de se verificar uma diminuição deste indicador entre 2012 e 2017.
- A Exposição a Comportamentos que Comprometem o Bem-estar Crianças e Jovens, por vezes, está associado à problemática da violência doméstica, em 2018- 20 crianças.
- A percentagem da fase de arquivamento de processos tem vindo a diminuir, passando de 46% em 2012, para 32%, em 2017.
- Aumento do nº de processos enviados para tribunal (7, em 2012, e 14, em 2017). Principais motivos são: “ausência de consentimento”; “retirada do consentimento” e “incumprimento APP”.
- Aposta na aplicação da medida de promoção e proteção “Apoio em Meio Natural de Vida”, que passou de 27, em 2012 para 50, em 2017.
- Nos anos em análise, as entidades que mais referenciaram crianças e jovens à CPCJ foram as Forças de Segurança e o Agrupamento de Escolas da Lousã.

Outros projetos psicoeducativos de apoio individual e familiar

3. 2-Gabinete de Intervenção familiar

Tabela 28-Problemáticas de crianças em 2014/15 e 2018

Total de crianças /jovens	54	52
Problemáticas crianças	2014/15	2018
Ansiedade e Depressão	4	11
Dinâmica Familiar Disfuncional	26	32
Comportamento de risco	16	16
Dificuldades de aprendizagem	11	11
Processo de Luto	4	0
Enurese/ Encoprese	2	0
Mutismo Seletivo	1	0

Fonte: CML-GIF

Tabela 29-Problemáticas de adultos em 2015 e 2018

Problemáticas dos adultos	2015	2018
Violência Doméstica	2	1 Fem.
Ansiedade e Depressão	5	7 Fem.
Dinâmica Familiar Disfuncional	1	18

Fonte: CML-GIF

Resumo /análise dos Indicadores – Gabinete de Intervenção Familiar

- O número de processos em acompanhamento pelo GIF manteve-se (52 pessoas).
- Nº de solicitações é superior à capacidade técnica na área da psicologia, devido à dificuldade em acompanhar todos os processos, existindo 20 processos em lista de espera, por insuficiência de recursos humanos na área de psicologia.
- As problemáticas mais identificadas no âmbito do acompanhamento psicológico das crianças/jovens e famílias foram a “Dinâmica Familiar Disfuncional”, seguindo-se os “Comportamentos de risco”.

3. 3- SNIPI - Equipa Local de Intervenção Precoce

Tabela 30 - Referenciação ao SNIPI (N=92)

Entidade referenciadora	<i>Maternidade</i>	<i>Hospital</i>	<i>ACES</i>	<i>Creche</i>	<i>Pré-escolar</i>	<i>Serv. Segurança Social</i>	<i>CPCJ/Tribunal</i>	<i>Família</i>	<i>Outra</i>
% de crianças	4.35	13.04	6.52	11.96	42.39	1.09	1.09	14.13	5.43

Fonte: SNIPI- Vila Nova de Poiares e Lousã

Tabela 31-População Abrangida- Residência das crianças /famílias (N=92)

Residência das crianças/ família	<i>Lousã</i>	<i>Vila Nova de Poiares</i>	<i>Outro</i>
% de crianças	78.26	21.74	-

Fonte: SNIPI- Vila Nova de Poiares e Lousã

Tabela 32-Género (N=92)

Género	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
% de crianças	41.30	58.70

Fonte: SNIPI- Vila Nova de Poiares e Lousã

Tabela 33-Idade (N=92)

Idade das crianças	<i>Até 3 anos e 12 meses</i>	<i>Mais de 3 anos</i>
% de crianças	14.13	85.87

Fonte: SNIPI- Vila Nova de Poiares e Lousã

Tabela 34-Enquadramento (N=89)

Enquadramento n.º de crianças	<i>Domicílio</i>	<i>Ama</i>	<i>Creche</i>	<i>Pré-escolar</i>	<i>Outros</i>
	5.62	0	16.85	77.53	-

Fonte: SNIPI- Vila Nova de Poiares e Lousã

Tabela 35-Critérios de elegibilidade

Elegibilidade	Atraso de Desenv. sem etiologia conhecida	Condições Específicas	Risco biológico	Risco ambiental	Atraso de desenv. sem etiologia conhecida + fatores de risco ambiental	Atraso de desenv.+ risco biológico+ risco ambiental	Vigilância	Transferência ou em avaliação
	% Crianças	50	8.70	0	10.87	20.65	5.43	6.52

Fonte: SNIPI- Vila Nova de Poiares e Lousã

Tabela 36- Intervenção (N=89)

Tipo de Intervenção	Direta	Indireta (Vigilância)	Sem Enquadramento SNIPI*
% de crianças	89.1	7.6	3.3

* Crianças sem critérios + crianças em avaliação

Fonte: SNIPI- Vila Nova de Poiares e Lousã

Análise dos indicadores SNIPI- Equipa Local de Intervenção Precoce

- No âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, que assegura apoio a Crianças até aos 3 anos de idade, registou um aumento do nº de crianças em acompanhamento.
- O nº de crianças apoiadas do concelho da Lousã foi de 79 em 2018, sendo na sua maioria, maiores de 3 anos e do sexo masculino.
- A problemática mais evidente é o atraso de desenvolvimento sem etiologia conhecida muito associado a fatores de risco ambiental.

3. 4- NACJR- Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco

A “Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco” (ASCJR) foi criada pelo Despacho nº 31292 de 5 de dezembro, tendo como principal objetivo a criação de uma resposta estruturada do Serviço Nacional de Saúde ao fenómeno dos Maus Tratos, através do desenvolvimento da “Rede Nacional de Núcleos de Apoio às Crianças e Jovens em Risco”, quer ao nível dos Cuidados de Saúde Primários, quer ao nível dos Hospitais com atendimento Pediátrico. Em termos práticos, o Despacho 6378/2013 de 16 de maio, vem criar, no âmbito do Ministério da Saúde, um modelo de intervenção integrada sobre a violência interpessoal ao longo do ciclo de vida, com a designação de Ação de Saúde Sobre Género, Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV), e uma comissão de acompanhamento.

Ao nível local, as atividades do Núcleo integram o Plano de Ação da UCC Arouce, sendo aquele constituído por uma equipa multidisciplinar, formada por um enfermeiro, uma assistente social e um médico. A intervenção é feita de forma articulada, com a participação de vários parceiros, quer locais, quer regionais.

Tabela 37- Número de crianças em acompanhamento pelo NACJR

Nº 2015	Nº 2018	Problemas identificados em 2018
10	14 (3 arquivados)	10- Negligência passiva (por omissão) 1-exposição a violência 3 -exposição a comportamentos desviantes

Fonte: UCC Arouce -Lousã

Análise dos indicadores NACJR

- O nº de crianças sinalizadas no NACJR aumentou ligeiramente, entre 2015 e 2018, passando de 10 para 13 crianças.
- As problemáticas mais evidentes são a exposição da criança e jovem a fatores/comportamentos que vêm afetar o Bem-Estar e o Desenvolvimento da Criança.

3. 5- Programa Escolhas 5º e 6ª G

Espaço J - Gabinete de Atendimento ao Jovem E6G

O projeto Espaço J – Gabinete de Atendimento ao Jovem E6G surge naturalmente como continuidade do anterior (Espaço J – Gabinete de Apoio ao Jovem E5G) mas numa perspetiva de renovação da intervenção. Por um lado, manteve algumas atividades da geração anterior e, simultaneamente, apresentou outras respostas de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos jovens através de ações que contribuíssem, de forma efetiva, para a construção dos seus projetos de vida. O projeto teve dois eixos de intervenção integrados nas medidas II e III tendo como objetivo trabalhar com dois grupos etários distintos. Um primeiro grupo entre os 11 e os 16 anos, a quem se destinaram as atividades da medida III, e outro, entre os 17 e os 30, a quem se destinaram as atividades da medida II. Apesar desta distinção, acreditamos que trabalhar no âmbito da medida três, com os jovens entre os 11 e os 16 anos, constituiu, também, uma intervenção com efeitos a médio e longo prazo podendo facilitar a procura de emprego. A medida IV é uma medida transversal a toda a intervenção e pretendeu apoiar os jovens na definição dos seus projetos de vida na medida em que estes percebam as verdadeiras potencialidades das novas tecnologias como uma ferramenta facilitadora da aquisição e valorização de competências. O consórcio, composto por 7 entidades, baseou a sua intervenção num pilar de estabilização, consolidação e evolução do projeto iniciado em 2013. As atividades desenvolvidas basearam-se em áreas de carácter formativo-profissional, social, lúdico-pedagógico e comunitário, fundamentando-se nas competências pessoais e profissionais relevantes para a construção de percursos de vida. Pretendeu-se que, mediante a participação nestas atividades, os jovens aumentassem as suas competências criando projetos de vida mais qualificantes e participativos. Foi neste “diálogo” que o projeto foi formando indivíduos que valorizassem o seu “eu” e que, a partir desse momento, partissem para a construção de um projeto de vida que os completasse. A equipa técnica procurou orientar social e profissionalmente, mas, principalmente, apoiar e dar sustentabilidade aos planos e pretensões dos jovens, em cooperação próxima com os parceiros, aproveitando as estruturas e serviços existentes, complementando-os com aqueles que o próprio projeto disponibilizou.

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO:

- MEDIDA II – Empregabilidade e Emprego
- MEDIDA III – Participação, direitos e deveres cívicos e comunitários
- MEDIDA IV – Inclusão digital.

OBJETIVOS:

- Capacitar anualmente jovens dos 16 aos 30 anos com competências socioprofissionais fundamentais ao seu projeto de vida;
- Envolver anualmente jovens dos 11 aos 30 anos em atividades de educação, de cidadania e participação cívica, que contribuam para o desenvolvimento das competências sociais e pessoais e da participação na vida comunitária.
- Reforçar anualmente competências na área das TIC através de ações formais e não formais que contribuam para uma maior qualificação profissional e/ou escolar dos participantes dos 11 aos 30 anos.

Tabela 38: Número de participantes projeto Espaço J

ATIVIDADES	Nº FAMILIAS	Nº de sessões
Competências socioprofissionais ao seu projeto vida	80	
Atividades de educação, de cidadania e participação cívica	118	12
Competências na área das TIC	72	10

Fonte: ACTIVAR Lousã

3.6- CLDS 3G

O CLDS visa promover a inclusão social dos cidadãos através de ações a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate de situações críticas de pobreza, especialmente a infantil, da exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades, tendo especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade.

No âmbito do Eixo II – Intervenção Familiar e Parental, preventiva da Pobreza Infantil foram desenvolvidos subprojetos com o objetivo de apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade social.

3.6.1-Projeto + Família

Objetivo: Apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social e familiar, contribuindo para a diminuição de fatores de risco existentes e potenciando o desenvolvimento de fatores protetores.

Através de uma intervenção familiar integrada, sistêmica e coparticipada, que pode incluir:

- Acompanhamento Psicológico.
- Acompanhamento Social.
- Promoção de competências parentais e/ou pessoais em pequenos grupos e/ou em meio natural de vida.

Tabela 39 - Acompanhamento /tipo de apoio (psicossocial e familiar)

CLDS 3G + Família	Nº
Beneficiários/as da ação	82
Pessoas em acompanhamento psicológico	31
Agregados em acompanhamento social	14
Pessoas em acompanhamento social	31

Fonte: ARCIL- CLDS 3G

3.6.2 - Projeto Ajudar a Crescer

Objetivo: Combater a violência no espaço escolar, através da promoção de competências pessoais e sociais nos/as alunos/as.

Através de Programa de promoção de competências pessoais e de dinamização de sessões pontuais de sensibilização sobre temas específicos, *Bullying*, Gestão de Emoções e Violência no Namoro dirigidas a alunos/as de todos os ciclos.

Tabela 40- Número de participantes projeto Ajudar a Crescer- CLDS 3G

Meta 2018	125 alunos/as
Ano letivo 2015/2016	610
Ano letivo 2016/2017	308
Ano letivo 2017/2018	90
Abrangidos/as até dezembro de 2018 (Acumulado)	1008 alunos/as

Fonte: ARCIL- CLDS 3G

ANALISE SWOT – FAMILIA E PARENTALIDADE

FRAQUEZAS	FORÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ O nº de crianças em situação de vulnerabilidade, sinalizadas e acompanhadas ao nível dos serviços de primeira linha, tem vindo a aumentar; ➤ Tempo de partilha familiar é cada vez mais reduzido; ➤ Défice de competências educativas por parte de alguns pais; (fraca capacidade na resolução de problemas, conflitos e na tomada de decisões) situação que se reflete em vários problemas de comportamento e integração social e escolar de algumas crianças; ➤ Fracas competências pessoais e sociais dos jovens, na construção dos seus projetos de vida e reduzida participação cívica dos jovens na dinâmica da sua comunidade; ➤ Dificuldade por parte dos pais e educadores em desenvolver estratégias de animação que possam competir com as TIC; Uso excessivo, por parte das crianças e Jovens, das Tecnologias de Informação e Comunicação; ➤ Alteração da estrutura familiar (aumento do nº de famílias monoparentais, reconstituídas) - gera Conflitualidade parental pós separação; ➤ Insuficiente intervenção junto de famílias/escolas/alunos no desenvolvimento de competências parentais; ➤ Crianças sinalizadas nos diferentes organismos de proteção da criança- vivenciam ou estão expostas a estilos de vida pouco saudáveis (consumos, comportamentos aditivos, inexistência de rotinas familiares adequadas, estilos alternativos, violência doméstica, entre outros); ➤ Assunção por parte das crianças e jovens de comportamentos que colocam em causa o seu bem-estar; desmotivação pela escola, práticas pré delinquentes, mau comportamento; ➤ Aumento de sinalização de crianças e jovens nos serviços de psicologia - Dificuldade por parte destes serviços em responder a todas as solicitações. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Respostas sociais variadas facilitadoras da conciliação da vida familiar com a profissional (creche, ATL, AAAF- atividades de animação e de apoio à família, Férias Ativas, atividades promovidas pelas associações desportivas, recreativas e culturais); ➤ Existência de equipas multidisciplinares tanto ao nível da CPCJL como de diversos projetos CRI-Centro de recursos para a inclusão, ELI-Equipa Local de Intervenção Precoce, PPES – Projeto Promocional de Educação para a Saúde, entre outros; Gabinete Intervenção familiar; Projetos Famílias com afetos do ADSCCL e Plano Municipal de Integração dos Imigrantes; ➤ Rede Social-Trabalho em rede e de parceria decorrente da articulação interinstitucional (público e privado) no desenvolvimento da ação social ao nível da prevenção e intervenção.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa Realize. IT; ➤ Programa Escolhas7G – (Espaço J); ➤ CLDS 4G; ➤ Plano Intermunicipal de Prevenção e Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo da Região de Coimbra; ➤ Estratégia Nacional de Igualdade; ➤ Programa para a capacitação/ de pais parentalidade positiva e responsável – CIM/RC. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fraca motivação das famílias para a participação em ações de sensibilização e prevenção relacionadas com a parentalidade; ➤ Falta de articulação entre os diferentes projetos pode resultar na duplicação de intervenções.

4- Proteção Social

4.1 – Família em situação de pobreza e exclusão social

Dificuldades económicas costumam estar associadas a fatores como desemprego, problemas habitacionais e de saneamento, baixa escolaridade, famílias com maior número de crianças ou dependentes (como idosos e doentes crónicos ou com doenças socialmente estigmatizantes), presença de situações de violência. Fatores como estes expõem as famílias à vulnerabilidade, à pobreza e exclusão social e de quadros de debilidade no que respeita à saúde física e mental.

4.1.1- Prestações sociais

Tabela 42- Indicadores - Prestações Sociais

	2013	2017/18	Variável
N.º Total de Beneficiários RSI	552 (3,8%)	551(3,8%)	=
Nº de famílias com processamento RSI	270	275	
Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social (N.º)	1032	1275	+243
Subsídio por Bonificação por deficiência (N.º)	120	139	+19
Pensionistas – regime não contributivo por Velhice	45	38	-7
Pensionista regime não contributivo - Pensão de sobrevivência		9	
Complemento Solidário para Idosos (N.º)	283	306	-23
Abonos de família crianças e jovens	2219	2103	-116
Abono de família para crianças e jovens 1º escalão		624	
Abono de família para crianças e jovens 2º escalão		869	
Fundo de garantia devido a Menores		51	
Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social no total de beneficiários ativos (%)	7,3%	2,7%	-4,6%
Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social no total de beneficiários ativos (%)	1,4%	0,8%	-0,6%
Pensão social para a Inclusão		169	
Subsídio mensal vitalício	27	26	-1

Fonte: INE / Pordata/ ISS,IP/ Gabinete de Planeamento e Estratégia- ISS-GP-UPCG@seg-social.pt

Tabela 41- Pensões da Segurança Social

Pensões da Segurança Social											
Anos	Total			Velhice			Invalidez			Sobrevivência	
	2013	2015	2017	2013	2015	2017	2013	2015	2017	2013	2015
Lousã	4 855	4 820	4 841	3 029	3 096	3 170	659	587	510	1 167	1 137

Fonte: Pordata

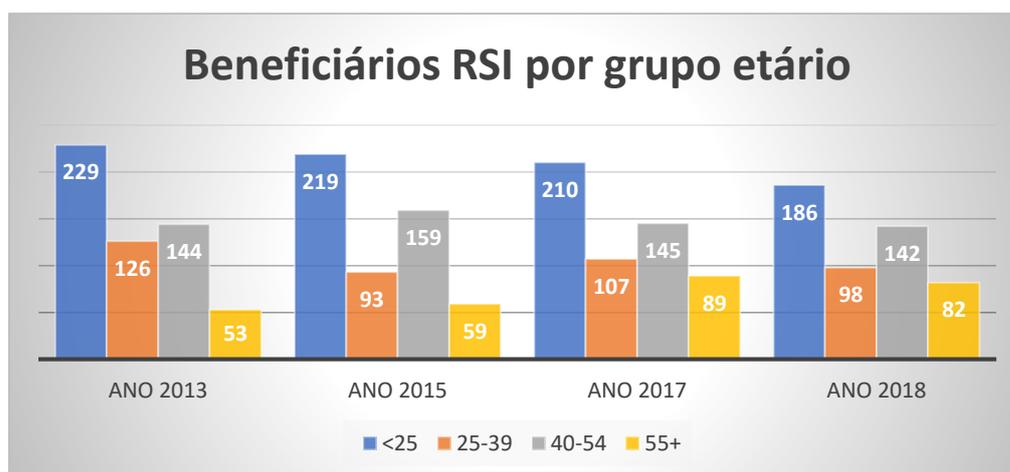
4.1.2-Rendimento Social de Inserção

Tabela 42 -Taxa de Beneficiários RSI

Taxa de beneficiários de RSI (%)			
Anos	2013	2015	2017
Centro	2,7%	2,3%	2,2%
Região de Coimbra	2,9%	2,4%	2,4%
LOUSÃ	3,8%	3,6%	3,8%
Nº beneficiários	552	530	551

Fonte: INE/Pordata

Gráfico 1-Beneficiários RSI por grupo etário



Fonte: Datacentro

Tabela 43 – Número de Beneficiários com processamento RSI em 2018, residentes no concelho da Lousã, por sexo e por escalão etário

Escalão etário	Sexo		total
	Fem	Masc	
<18 anos	60	83	143
18 anos	5	*	5
19 anos	*	6	6
20 a 24 anos	19	13	32
25 a 29 anos	14	6	20
30 a 34 anos	18	11	29
35 a 39 anos	24	15	49
40 a 44 anos	23	17	40
45 a 49 anos	22	22	44
50 a 54 anos	29	29	58
55 a 59 anos	20	29	49
60 a 64 anos	11	22	33
>=65 anos * *			
Total	251	260	511

Fonte: ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e EstratégiaISS-GP-UPCG@seg-social.pt (Centro Distrital Coimbra)

Tabela 44- Ações dos Planos/Programas de inserção não cessadas em 2018, por tipo de ação, na Equipa de Lousã (Coimbra)

Tipo de Ação	N.º de Ações
Acompanhamento Psico-Social	237
Educação	44
Emprego	371
Formação Profissional	61
Habituação	25
Saúde	130
Outro	10
Total	878

Fonte: ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e EstratégiaISS-GP-UPCG@seg-social.pt (Centro Distrital Coimbra)

Resumo /análise dos Indicadores: RSI

- Verifica-se que, entre os anos de 2013 e 2017, o número de beneficiários de RSI não sofreu grande oscilação. Em 2017, eram 551 beneficiários, correspondente a 3,8%. Em 2018, verifica-se uma ligeira diminuição com menos 40 beneficiários (511).
- Considerando o total da população residente no Concelho da Lousã, verifica-se que a taxa de beneficiários de RSI, no Concelho da Lousã, nos anos em referência, 2013, 2015 e 2017, foi superior ao registado na média da Região Centro e de Coimbra.
- Quanto ao grupo etário, destaca-se o grupo < 25anos como o mais representativo, em todos os anos de referência, seguindo-se o grupo dos 40-54 anos, muito embora se tenha verificado que, entre 2015 e 2017, ocorreu uma diminuição de 100 beneficiários nesta faixa etária.

4.2- Desemprego

Tabela 45- Desemprego registado no concelho da Lousã, segundo o género e o grupo etário, entre 2013 a novembro de 2018

Ano	Género			Grupos etários				Total
	Homens	Mulheres	Diferença	<25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 anos e +	
	H/M			N.º	N.º	N.º	N.º	
Dez. 2013	499	541	42	163	244	496	137	1040
Dez 2018	232	253	21	93	73	209	110	485

Fonte: IEFP- Estatísticas Mensais por concelhos

Tabela 46 - Desemprego

Indicadores -Desemprego	2013	%	20118	%	Varição
Desempregados	1040	100%	485	100%	(-)555
Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social no total de beneficiários ativos (%)		7,3%		2,7%	(-)4,6%
Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social no total de beneficiários ativos (%)		1,4%		0,8%	0,6%
Desempregados Sexo Masculino	499	48%	232	48%	0
Desempregados Sexo Feminino	541	52%	253	52%	0
Escolaridade desempregados:					
<1º Ciclo	27	2,6%	25	5,2%	2,6%
1º Ciclo EB	162	15,9%	65	13,4%	(-)2,5%
2º Ciclo EB	152	14,6%	49	10,1%	(-)5,5%
3º Ciclo EB	225	16%	119	24,5%	8,5
Secundário	301	28,9%	162	33,4%	4,5
Superior	173	16,6%	65	13,4%	(-)3,2
Ofertas de Emprego /ano	518		587		69
Colocações de emprego/ano	332		353		21
Tempo de Inscrição <1 ano	595	57,3%	294	60%	2,7%
Tempo de inscrição >1 ano	445	42,7%	191	40%	(-)2,7%
Situação face à procura - 1º emprego	148	14,2%	56	11,6%	(-)2,6%
Situação face à procura - novo emprego	842	80,9%	429	88,4%	7,5%
N.º Pessoas abrangidas por medidas ativas de emprego e formação			916		

Fonte: IEFP - Desemprego registado por concelho

Tabela 47- Cursos de formação profissionalizante em 2018

Entidade	Nº de formandos Em 2017
ARCIL	136
IEFP	916
Outros - Centro Qualifica	106
ARCSG	25

Resumo /análise dos Indicadores: Desemprego

- Em dezembro de 2018, a taxa de desemprego na Lousã situava-se nos 5,7%, valor abaixo do registado a nível nacional 6,8%. Consequentemente diminuiu também a percentagem de beneficiários do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego, face à totalidade de beneficiários ativos.
- Entre dezembro de 2013 e dezembro de 2018, verifica-se uma acentuada diminuição do desemprego, em todas as faixas etárias, com enfoque no grupo etário entre os 35 e os 54 anos.
- No grupo etário + de 55 anos, apesar de diminuir, o nº de desempregados aumentou em termos relativos, atingindo 22% do total.
- O desemprego feminino revela-se superior ao masculino, com maior enfoque em 2015, no entanto, em dezembro de 2018, verifica-se uma maior aproximação entre os géneros.
- Quanto ao nível de escolaridade, a maior percentagem de indivíduos inscritos possui o nível secundário, seguido do 3º ciclo. No entanto, tendo por base o n.º de inscritos por peso relativo, verificou-se que o nº de desempregados do 3º ciclo é superior correspondendo a 24,5% da totalidade dos desempregados inscritos em 2018.
- Verificou-se igualmente um aumento do nº de inscritos com baixa escolaridade <1º ciclo. Este pode estar associado ao aumento do nº de desempregados inscritos com idade superior a 55 anos.
- Diminuição de inscritos com habilitações superiores.
- Relativamente ao tempo de inscrição dos desempregados, nos dois anos de referência, na categoria <1 ano, apresenta maior percentagem do total de inscrito com 60%.
- Quanto à situação de procura de emprego, verifica-se que a maioria procura “novo emprego”.
- Destaca-se a aposta na formação /qualificação dos desempregados tendo em conta o número elevado de pessoas a frequentar cursos de formação/qualificação, pelo IEFP-Centro de Formação de Arganil, bem como de outras entidades formadoras, com destaque para ARCIL, Konkrets e ARCSG.
- Insuficiência de oportunidades de emprego para a população com deficiência e para outros grupos socialmente estigmatizados ou com dificuldades de inserção (por exemplo: beneficiários de RSI; comunidade cigana, problemas de foro psíquico e DLD e portadores de deficientes).

4.3- Famílias que recorrem à Ação Social

No âmbito da Rede Social, o município dispõe de um conjunto variado de serviços no apoio social à família e comunidade, destacando-se os Serviços de atendimento e acompanhamento social protagonizados pela Segurança Social, IPSS locais e autarquia que dispõem de um conjunto de recursos para responder minimamente às necessidades básicas das famílias, como por exemplo, o Banco Alimentar, POAPMC, Cantinas Sociais, MAPSES, apoio da ação social da Segurança Social, PARHD, Programa ABEM, entre outros.

Tabela 48- Atendimento social integrado em 2012 e 2018

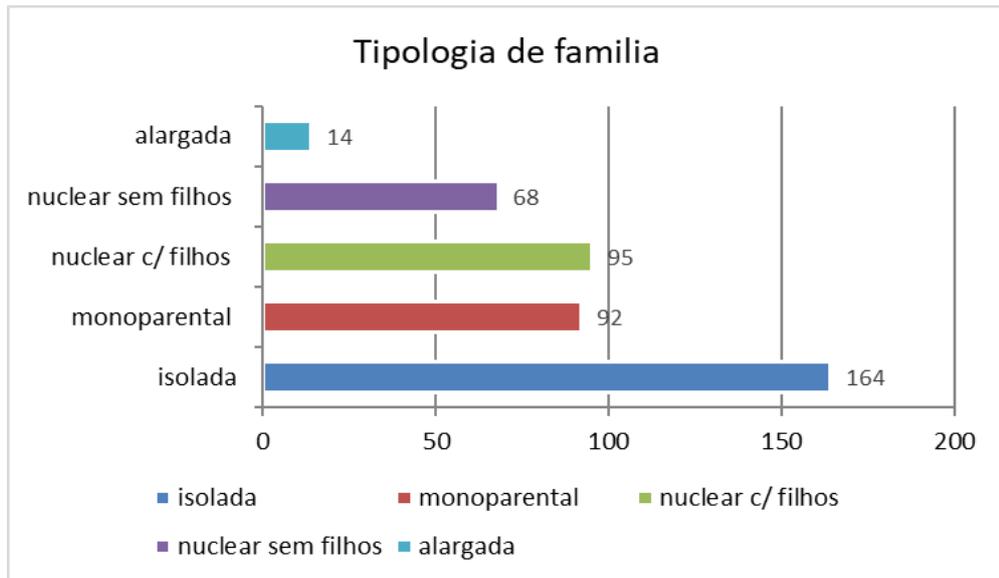
Instituições	2012	2018
	Nº de famílias	
Câmara Municipal da Lousã	222	184
Segurança Social	235	190
ARCS Gândaras	36	22
CPSS Serpins	22	16
CS Pinhal	31	6
ADIC	14	7
Centro Social de Casal de Ermio	5	4
C. S. Ponte velha	14	0
Total	369	429

Para além do atendimento social registam-se outros atendimentos específicos:

Centro de Saúde – atendimento social	127	590
ADSCCL	71	54
DECO	-	52

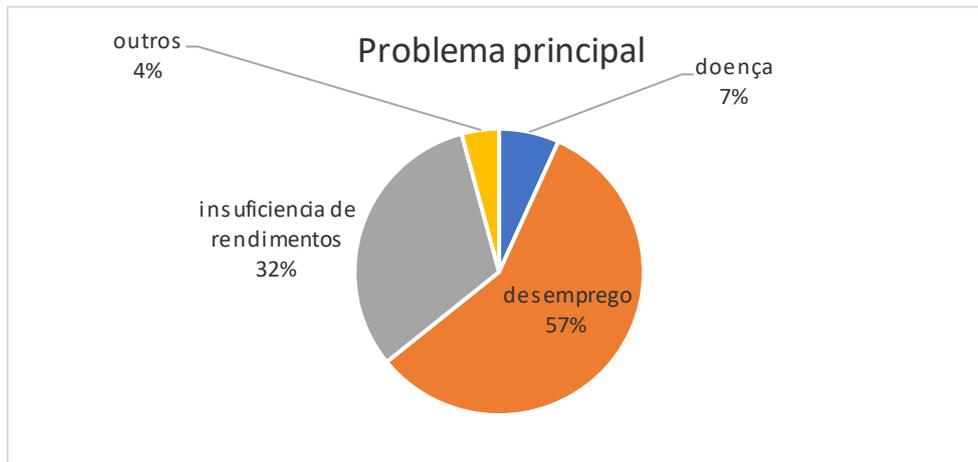
Fonte: Instituições locais que fazem atendimento social (2012 e 2018)

Gráfico 2- Tipologia da família



Fonte: Recolha nas IPSS locais e Segurança Social

Gráfico 3- Principais problemas identificados



Fonte: Recolha nas IPSS locais e Segurança Social

Análise dos indicadores da Pobreza e exclusão

- O desemprego, a insuficiência de rendimentos, a doença, são os principais problemas das famílias que recorrem aos serviços sociais.
- No ano de 2018, ao nível do atendimento / acompanhamento social, foram apoiadas 429 famílias, correspondendo a um universo de 963 indivíduos. Podemos afirmar que 5,6% da população total do concelho da Lousã está em risco de pobreza, sendo o grupo das crianças um dos mais vulneráveis tendo em conta o nº as crianças que estão integradas no escalão 1 com (624) e 2 (869)

dos abonos de família. Apesar de ter diminuído o nº de crianças beneficiárias nos escalões A e B, no âmbito da ação social escolar, em 2018, a percentagem é ainda muito elevada, correspondendo a 38,7% do total de alunos do AEL.

- Registe-se ainda que, no âmbito do atendimento social, 189 famílias têm filhos, num total de 319 crianças, sendo 189 <25anos e beneficiárias do RSI.
- As problemáticas que apresentavam maior relevância são a insuficiência de rendimentos resultante de desemprego (247) ou baixos rendimentos (122) agravados pelo facto de terem elevadas despesas nomeadamente com a habitação /dificuldades de pagamento de renda ou amortização. Saliente-se ainda o nº de pessoas que apresentam problemas de saúde (136).
- Quanto à tipologia da família, o maior n.º é de tipologia isolada ou unifamiliar com 164, seguindo a nuclear com filhos com 95 e muito próximo destas, as famílias monoparentais com 92, sendo as femininas mais vulneráveis à pobreza e exclusão social e por fim as alargadas com 14 famílias. Há a salientar a existência de 30 famílias extensas, ou seja, integram no seu agregado familiar mais de 5 elementos, também vulneráveis quando este fator está associado a desemprego ou baixos rendimentos.

4.3.1- Medidas de Apoio Social

No que concerne à tipologia de respostas sociais/encaminhamentos efetuados, destacaram-se: o apoio psicossocial/informação/orientação, seguindo-se a atribuição de produtos alimentares, quer através do Centro de Recursos, gerido pela Associação Vida Abundante, Conferências Vicentinas, Lousã e Serpins, e pela SCML, através do POAPMC - Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas, quer através dos vales de compras e géneros alimentares, atribuídos pela Câmara no âmbito do MAPSES.

4.3.1.1-Ação Social- Apoios socio económicos

Tabela 49- Apoio económico

Eventualidades	Segurança Social		CML		Conferencia S. Vicente	
	2012	2018	2012	2018	2012	2018
Anos						
Ação Médica	11	12	-	21	27	25
Habitação (renda) e Consumos domésticos (água, luz e gás)	19	66	71	140	35	18
Educação	0	4	-	2	-	3
Outros- ajudas técnicas	3	5	-	-	-	15
Tarifa social	-	-	24	60	-	-
Tarifa Familiar	-	-	49	74	-	-
PARHD	-	-	3	3	-	-
Total de apoios	35	87	90	234	62	61

4.3.1.2- Apoio em géneros

Tabela 50- Apoio alimentar

Apoio -Alimentação		2017/18
Cantinas Sociais	ADIC	6
	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	
POAPMC - Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas – SCML		80
Conferência S. Vicente de Paulo		169
Conferência Nossa S.ª do Socorro		31
Associação Vida Abundante		230
Alimentação/Subsistência (vales) – CML		134

Fonte: Recolha junto dos centros de recursos existentes no concelho

Análise dos tipos de respostas e apoios sociais

Tipos de respostas e apoios sociais

- No que concerne ao acompanhamento/apoio social, em 2018, foram atribuídos apoios às famílias no âmbito de diversas medidas de política social que se reveste de apoio económico ou em géneros. Destaca-se o MAPSES, cuja entidade promotora é a CML, os apoios de emergência pela Segurança Social e também da Conferência São Vicente de Paulo.
- Apoio em géneros alimentares é assegurado pelo apoio da CML e banco alimentar, existindo 3 polos sob a gestão da Associação Vida Abundante, conferências de São Vicente de Paulo na Lousã e Conferência Nossa Senhora do Socorro de Serpins.
- Para além destes, foram igualmente assegurados benefícios pela Câmara Municipal da Lousã, nomeadamente através da isenção de execuções fiscais e outras medidas de apoio como a atribuição da tarifa social e familiar de água, que garantiram o fornecimento de água.

Habitação:

- A maioria dos apoios económicos atribuídos, quer pela CML, quer pela Segurança Social destinou-se à comparticipação em despesas em rendas/empréstimos ou amortização da habitação.
- No âmbito do PARHD, entre 2013-2018, foram apoiadas 6 famílias em pequenas obras de beneficiação como a construção de casas de banho; reparação de telhado; melhoria de divisões; ampliação e acessibilidades.

Outros Apoios:

- No âmbito do protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a DECO no ano de 2018, o

gabinete de apoio ao consumidor na Lousã recebeu 52 pedidos de ajuda por parte dos consumidores. No que concerne aos assuntos, 24 pedidos estiveram relacionados com os Serviços Públicos Essenciais; 16 sobre Compra e Venda; 7 consumidores apresentaram questões fora do âmbito da DECO; 2 pedidos relacionados com Seguros e também 2 pedidos relacionados com Serviços de interesse geral. No ano de 2018 houve apenas 1 pedido relacionado com endividamento.

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

FRAQUEZAS	FORÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sobre-endividamentos das famílias face aos encargos com a habitação; ➤ Encargos com a habitação apresentam um peso elevado no orçamento familiar; ➤ Falta de resposta imediata no acolhimento de vítimas de violência doméstica; ➤ Dificuldade em localizar habitações adequadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; ➤ Falta de alojamentos sociais para situações de emergência social e para públicos em situação de vulnerabilidade social (apartamento de autonomização); ➤ Existência de barreiras arquitetónicas nas habitações mais velhas, habitadas por idosos; ➤ Dificuldades de inserção profissional de grupos mais vulneráveis; ➤ Risco de isolamento social dos idosos e perda de funcionalidade nas atividades com o exterior; ➤ Dependência financeira relativamente aos apoios concedidos pelos serviços; ➤ Desemprego com maior enfoque no feminino e DLD com mais de 55 anos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Várias medidas de política social de proteção social; ➤ Medidas ativas de emprego; ➤ Centro de recursos da ARCIL; ➤ ADSCCL- Microninho - Incubadora social; ➤ CPCJ - Tecer a Prevenção; ➤ Centros de recursos alimentar /vestuário /mobiliário; ➤ Rede social/respostas sociais das instituições.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Formação qualificante de públicos mais vulneráveis; ➤ CLDS 4G; ➤ Programa Escolhas7G. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Uma crise económica poderá condicionar a aprovação de candidaturas a programas/projetos de intervenção aos vários níveis: económica, social e comunitária, entre outras; ➤ Falta de colaboração/participação das famílias no seu processo de autonomização; ➤ Dependência financeira relativamente aos apoios concedidos pelos serviços; ➤ Insuficiência de recursos das famílias;

5- Outros grupos em risco por exclusão social

5.1- Deficiência

A ARCIL é a Instituição que localmente desenvolve atividades nas áreas da reabilitação, formação e inclusão social e profissional de crianças, jovens e adultos com deficiência.

RESPOSTAS SOCIAIS

- **Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)** - Responde às necessidades e expectativas de pessoas com diferentes graus de dependência, através de atividades estritamente ocupacionais e atividades socialmente úteis.
- **Lar de Apoio** – Apoio em equipamento residencial a crianças e jovens em atividades escolares, formativas ou ocupacionais.
- **Lar Residencial** – Apoio residencial a adultos em diferentes equipamentos adequados às suas necessidades.
- **Serviço de Apoio Domiciliário** – Apoio a agregados familiares, com ou sem filhos, e a adultos em residência individual ou partilhada.
- **Centros de Atividades de Tempos Livres** - Apoio a crianças em idade escolar e suas famílias, em parceria com a Câmara Municipal da Lousã e com o Agrupamento de Escolas da Lousã.

EDUCAÇÃO

- **Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)** de alunos com NEECP nas estruturas regulares de ensino.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

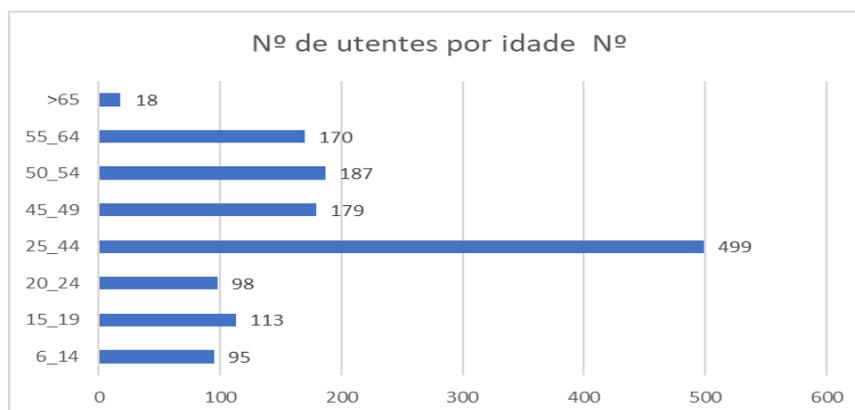
- **Centro de Formação Profissional (FP)** para jovens e adultos com deficiência, incapacidade ou em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho.
- **Centro de Emprego Protegido (CEP)** integra colaboradores com deficiência ou incapacidade em postos de trabalho em múltiplas unidades da ARCIL e em serviços a empresas.
- **Centro de Recursos (CR)** para os Serviços de Emprego da Lousã e Arganil, nas áreas de **IAOQE** – Informação, Avaliação, Orientação e Qualificação e Emprego, **Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós Colocação**.

Tabela 51: Unidade de Reabilitação em contexto produtivo (URCP)

Unidades de Reabilitação em Contexto Produtivo (URCP)	
ARCIL SAÚDE	Serviço de Medicina Física e Reabilitação, Medicina Dentária e outros serviços de promoção da saúde.
ARCIL LAV	Serviço de lavandaria.
ARCIL VERDE	Criação e Manutenção de Jardins.
Café/Bar Parque	Serviço de cafetaria e restauração.
ARCIL MADEIRAS	Carpintaria e Serração.
ARCIL CERAMICA	Cerâmica Decorativa produzida em moldes artesanais.
ARCIL AGRO	Agricultura Social.
CSM (Centro de Serviços e Manipulados)	Serviços de embalagem, finalização de produtos por solicitação de empresas, realizados nas instalações da A.R.C.I.L. ou na própria empresa.
IMPACTO +	Projeto de apoio ao desenvolvimento de crianças e jovens, com serviços de Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Psicomotricidade, Psicologia

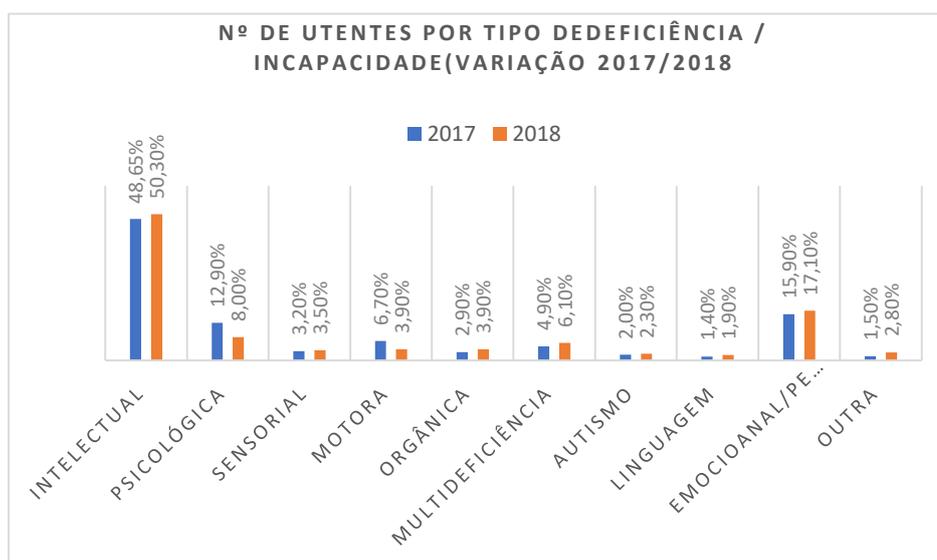
Fonte: ARCIL

Gráfico 4- Número de utentes portadores de deficiência /incapacidade / por Idade



Fonte: ARCIL

Gráfico 5 - Número de utentes por tipo de deficiência /incapacidade (variação 2017/2018)



Fonte: ARCIL

Tabela 52 - Numero de Clientes apoiados por programas de inserção /inclusão na área da deficiência

Nº de Clientes apoiados por Programa – Previsto/Realizado PROGRAMA / PROJETO	PREVISTO 2018	REALIZADO 2018	EXECUÇÃO %	VARIAÇÃO 2017
CRI – Centro de Recursos para a Inclusão	160	136	85%	- 16
Formação Profissional	139	136	97,8%	20
Centro de Recursos	714	743	104%	142
CAO – Centro de Atividades Ocupacionais	145	144	99,3%	-1
CEP – Centro de Emprego Protegido	54	54	100%	0
LR – Lar Residencial	66	66	100%	0
LA – Lar de Apoio	15	14	93%	-1
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário	28	35	125%	7
CATL – Atividades de Tempos Livres	184	184	100%	0
TOTAL sem CATL	1321	1328		
TOTAL com CATL	1505	1512	100,5%	151

Fonte: ARCIL

Análise dos tipos de respostas na área da Deficiência/incapacidade

- Foram prestados serviços pelos diferentes Programas / Projetos, incluindo o CATL, a 1512 utentes, mais 7 do que o número de utentes previsto – 1505, sendo 44% do sexo feminino e 56% do sexo masculino.
- No âmbito dos Programas/ Projetos de Reabilitação, sem incluir o CATL, foram prestados serviços a 1328 clientes, em relação a uma previsão de 1321 clientes.
- Em relação a 2017 foram apoiados mais 151 clientes, correspondendo a um aumento percentual de 11%.
- O Centro de Recursos foi o Programa que contribuiu em maior escala para o crescimento do número de clientes em apoio, com uma variação positiva de 142 clientes em relação ao ano anterior.
- A maioria dos utentes apresenta deficiência intelectual, seguindo-se a emocional/personalidade.

5.2- Criminalidade

Tabela 53 - Taxa de criminalidade

Taxa de criminalidade		
2013	2015	2017
‰	‰	‰
29,7	24,0	

Fonte : Datacentro

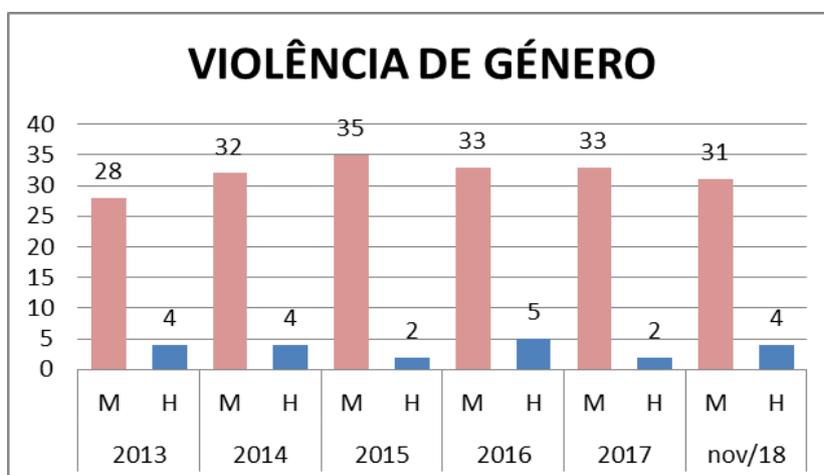
Tabela 54- Tipologia de crime

2013	Total	Contra as pessoas		Contra o património		Contra a vida em sociedade		Contra o Estado	
	2017	2013	2017	2013	2017	2013	2017	2013	2017
498	389	123	103	281	156	47	89	5	7
		24,6	26,4%	55,0%	38,5%	9,4	22,3	1,00	1,8

Fonte: Pordata

5.2.1 -Violência doméstica

Gráfico 6- Indicadores da violência doméstica entre 2013 e 2018



Fonte: GNR Lousã

5.2.1.1- Projeto Porto Seguro

No âmbito do CLDS 3G- Eixo II – Intervenção Familiar e Parental, preventiva da Pobreza Infantil foi desenvolvido um projeto específico de apoio Acompanhamento de famílias em situação de violência doméstica. Intervenção de 2.ª linha, integrada e coparticipada, que visa veicular direitos de cidadania, desenvolver a autoestima e capacitar para a autonomia.

Através de uma intervenção integrada e coparticipada, que visa veicular direitos de cidadania, desenvolver a autoestima e capacitar para a autonomia e que pode incluir:

- Acompanhamento psicológico
- Acompanhamento social.

Áreas trabalhadas com as famílias:

- Acompanhamento Psicossocial;
- Diagnóstico e terapêutica de perturbações associadas;
- Avaliação do grau e frequência da violência;
- Avaliação das necessidades sociais da vítima;
- Verificação da existência de um plano de segurança;
- Fomentar o respeito e autoestima no seio familiar;
- Vida familiar e sua proteção;
- Capacidade de autocontrolo;
- Autonomia;
- Direitos de cidadania.

Tabela 55- Famílias apoiadas pelo projeto Porto Seguro- CLDS 3G

Metas 2018	10 Famílias
Resultados até dezembro 2018	12 Famílias
Nº de beneficiários/as da Ação	31

Fonte: CLDS 3G

Resumo /análise dos Indicadores: Criminalidade/ Violência Doméstica

- A taxa de criminalidade situa-se em 2017, nos 23,6%, e diminui em relação aos anos anteriores.
- O nº de sinalizações de situações de violência doméstica não se tem alterado de forma significativa (média 33/ano), sendo na sua maioria mulheres com filhos menores.
- No âmbito da CPCJL, em 2018 foram sinalizadas pela GNR, 20 crianças em situação de violência doméstica.
- No âmbito do Projeto Porto Seguro, dinamizado pelo CLDS 3 G foram apoiadas 12 famílias.
- Através do atendimento social, há conhecimento de muitas vítimas de violência doméstica que não querem fazer denúncia.
- Nos anos de referência, verifica-se uma diminuição do número de crimes, com especial enfoque nos crimes contra património que passou de 55% para 38,5%.
- A Proporção de acidentes de viação com vítimas em estradas nacionais diminuiu entre 2013 e 2016.

Problemas identificados pela Rede: Violência Doméstica

- Insuficiência de respostas para acompanhamento de Agressores (jovens e adultos).
- Prevalência da desigualdade de género na violência doméstica.
- Prevalência das situações de violência nas relações de intimidade.
- Dependência económica e emocional da vítima de violência doméstica relativamente ao agressor(a).
- Insegurança da vítima de violência doméstica relativamente à salvaguarda da segurança e proteção dos filhos.
- Desconhecimento dos direitos por parte das vítimas de violência doméstica.
- Falta de respostas sociais qualificadas de apoio às vítimas de violência doméstica.
- Falta de coordenação e de trabalho em rede no apoio à vítima de violência doméstica e de uma equipa multidisciplinar o que leva muitas vezes à vitimização da vítima.
- Insuficiência de respostas de emergência social a nível local, no entanto, quando acionado o 144, é assegurada resposta institucional, nem sempre aceite pela vítima devido ao desenraizamento.
- A partir de um estudo gerontológico da Lousã, (2014), onde se lançou um questionário a 300 idosos, na sua avaliação, 14,7% referiram já ter sido vítimas de algum tipo de violência e que apenas 5,3% apresentaram queixa à GNR ou pediu ajuda.
- Dificuldade dos técnicos na intervenção e apoio da pessoa idosa vítima de violência doméstica (Sinais de violência/mau trato camuflado na pessoa idosa negação/vergonha/incapacidade).
- Falta de formação específica por parte de técnicos, para a intervenção e apoio à vítima de violência doméstica.

5.3-Minorias étnicas -Imigrantes e Comunidade Cigana

Tabela 56 -Imigrantes e minorias

Indicadores	2013	2015	2018
N.º Imigrantes	421	390	408
N.º Famílias da Comunidade Cigana	3 Agregados	10 Agregados	15 Agregados 54 Pessoas 26 Crianças

Fonte: Entidades que fazem atendimento social

5.3.1- Imigrantes

N.º atendimentos CLAIM	43	41	72
N.º de certidões de registo de cidadão comunitário	15	27	47

Fonte: Plataforma Rede CLAIM e SEF

Tabela 57 -Tipificação de assuntos Imigrantes

Tipificação dos assuntos	2013	2018
Saúde	1	0
Trabalho	0	2
Educação	2	3
Legalização	17	51
Apoio social	18	12
Outros	5	4
Total	43	72

Fonte: Plataforma ACM, Rede CLAIM e SEF

5.3.2- Comunidade cigana

Quanto à comunidade cigana e, uma vez que, oficialmente não temos dados estatísticos, os indicadores desta população foram obtidos através dos serviços de atendimento social da rede social sendo todos eles beneficiários da prestação do RSI. Verifica-se igualmente que, nos últimos anos, tem havido um aumento na procura de apoios sociais, por parte deste grupo. Verifica-se ainda que, nos últimos anos, tem havido um aumento na procura de apoios sociais. Atualmente residem na Lousã 15 agregados familiares, correspondendo a 55 pessoas (29 adultos e 26 crianças).

Resumo /análise dos Indicadores: Imigrantes e minorias (Comunidade Cigana)

Imigrantes:

- Entre o ano 2013 e 2017 verificou-se uma diminuição do nº de imigrantes no Concelho.
- A comunidade mais representada no âmbito da União Europeia, é a do Reino Unido, seguida da Roménia e dos países terceiros, as comunidades mais representativas são: Brasil, China e Angola.
- Ao nível do atendimento CLAIM o nº de imigrantes tem vindo a aumentar graças à implementação Plano Municipal de Integração dos Imigrantes (PMII) 2015/2017.
- Quanto ao grupo etário, este situa-se, maioritariamente , em idade ativa, entre os 18 e 64 anos, incidindo mais, no grupo etário com mais de 35 anos. Quanto ao sexo, existe uma diferença mínima a favor do sexo feminino.
- A autarquia, através de um protocolo com o SEF, tem assegurado a emissão de certidões de registo de residência do Cidadão da U. Europeia, sendo este o principal motivo pelo qual os imigrantes recorrem

ao serviço.

- Pouca partilha cultural, mas com a criação da Associação de Estrangeiros na Lousã, espera-se que possam participar mais na vida cultural e comunitária da Lousã – promoção da interculturalidade.
- Dificuldade de legalização- burocracia e demora de resposta dos serviços SEF.
- Discriminação no acesso ao mercado de trabalho.
- Dificuldade no processo de legalização e equivalência escolar.

Comunidade Cigana:

- Aumento do n.º de agregados da comunidade cigana.
- São maioritariamente beneficiários de RSI- risco de pobreza e exclusão social.
- A maioria está inserida em programas formativos na ARCIL.
- A população cigana é maioritariamente constituída por crianças e jovens (26 crianças).
- Apresentam dificuldade de inserção socio comunitária e profissional, em especial no acesso à habitação e ao emprego, (incompatibilidades culturais; dificuldade em cumprir algumas regras instituídas).
- Elevada taxa de desemprego e baixa qualificação (a maioria tem o 1º ciclo ou nenhuma qualificação).
- Absentismo escolar de algumas das crianças de etnia cigana.

Problemas identificados - imigrantes e minorias étnicas

Nas comunidades de imigrantes:

- Em especial dos países nórdicos, são bastante fechadas, identificam-se apenas com os seus pares.
- Dificuldade em identificar e estabelecer contactos com os imigrantes devido ao facto de estarem a viver de forma dispersa pelo concelho ou em situação ilegal.
- Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho destes grupos. Sentem-se discriminados.
- Dificuldade no seu processo de legalização e equivalência escolar.
- Pouca partilha cultural

A Comunidade cigana:

- Mais resistente à mudança - dificuldade de integração na comunidade. Pouca flexibilidade para a mudança cultural, não cumprimento de deveres; pouca valorização da escola; pouca participação destes grupos na comunidade.
- Baixo nível de competências profissionais por parte das pessoas da comunidade cigana.
- Insuficientes respostas que visam a inserção profissional destes dois grupos.
- Desemprego- Dependência financeira relativamente aos apoios concedidos pelos serviços.
- Para além da maior vulnerabilidade à pobreza e exclusão social, as mulheres experienciam situações de desigualdade de género comuns às mulheres não ciganas e são vistas com desconfiança e despertam uma sensação de insegurança e de receio na população em geral.
- A maioria já se sentiu discriminado: quando os proprietários veem um cigano dizem que já não têm habitação para arrendar.
- Envolvimento nos acontecimentos familiares (casamentos e lutos) em detrimento do trabalho.
- Há poucas respostas por parte da comunidade no que diz respeito à inserção profissional destes beneficiários.

5.4-Pessoas Idosas

Tabela 58 -Indicadores pessoas idosas

Indicadores	2013	2018
Pessoas idosas		
População residente com mais de 65 anos	3177 (2011)	3318 (2017)
Índice de envelhecimento	103,0 %	131,5 %
Proporção de pensionistas por velhice	62,3% (2013)	64,6% (2016)
Isolamentos idosos	83	161
Atribuição de equipamento teleassistência	-	55 (2019)
Beneficiário de Complemento Social para Idosos*	403 (2011) (10,4%)	
Valor médio anual das pensões da Segurança Social	4 637 € Média mensal=331,00€ (2013)	4 815€ /Ano Média mensal = 343,00€ (2016)
Taxa Beneficiários CSI (%)	10,4% (2011)	
Pensão social *		
Programa ABEM		22 (2019)
MAPSES		26 famílias (2018)
Tarifa Social		8 idosos
PARHD		5 famílias
Ação social – atendimento social		Entre 2016 a 2018 42

Fonte: INE/Pordata e Datacentro

Resumo /análise dos Indicadores: idosos

Vulnerabilidade da População idosa devido aos seguintes indicadores:

- Envelhecimento - com enfoque na população com idade > 75 anos, perspetivando-se um aumento de situações de maior dependência e doenças degenerativas e mentais.
- Apresenta baixos rendimentos (média dos valores das pensões é de 343,00€).
- Existência de idosos em situação de isolamento social/ solidão de acordo com os dados demográficos, o nº de famílias unipessoais tem vindo a aumentar.
- Desertificação das zonas rurais do Concelho gera maior desfiliação familiar.
- Existência de indícios de violência doméstica nos idosos de acordo com um estudo gerontológico em 2014, dos 300 inquiridos, 44 idosas (14,7%) já tinham sido vítimas de algum tipo de violência e apenas 5,3% apresentaram queixa à GNR ou pediu ajuda.
- Estilos de vida muito sedentários, apesar do aumento do nº de portadores do Cartão Municipal Sénior, apenas 10% participam em atividades regulares, nomeadamente, nos projetos “Lousã a Mexer +, Miminhos dos avós, mexa-se com a diabetes, promotoras de envelhecimento ativo.

Problemas Identificados: idosos

- Insuficiente dinamização de respostas inovadoras para os idosos com autonomia e que não têm qualquer suporte institucional.
- Ausência de resposta específica de acolhimento para idosos com demência.
- Sinais de violência doméstica contra idosos em especial mulheres, mas que se encontra camuflado dificuldade dos serviços em intervir nesta área, dado que a maioria dos idosos não apresenta queixa porque normalmente o agressor é familiar direto, verificando-se também a prevalência dos valores religiosos e culturais na tomada de decisão por parte das Vítimas.
- Existência de barreiras físicas em espaços públicos e privados.
- Estilos de vida muito sedentários, pouca participação dos idosos nas atividades regulares (10%).
- Índice de envelhecimento tem vindo a aumentar- grau de dependência aumenta, doenças degenerativas físicas e mentais (depressões, demências) V/s Insuficiência de respostas ao nível da dependência e doença mental.
- Maioria população idosa beneficiária do equipamento de teleassistência apresenta dificuldades no seu manuseamento, não utilizam com frequência.
- Dificuldade em arrendar habitações a baixo custo e localizar habitações adequadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Fraca participação dos idosos nos processos de planeamento e decisão.
- Insuficiência e Inadequação das repostas sociais face às necessidades reais dos idosos, quer ao nível dos dependentes, quer dos mais autónomos .
- Atividades regulares dispersas e poucas diversificadas Inexistência de um espaço aberto para responder às necessidades dos idosos que apresentam um grau de autonomia e que livremente possam escolher as atividades.

6 - Saúde

6.1- Serviços de saúde

Tabela 59- Indicadores dos serviços de saúde da Lousã

Indicadores	2013	2018
Inscritos USF Serra da Lousã	10079	9852
Inscritos USF Trevim Sol	8500	8298
Utentes do sexo feminino (USF Serra da Lousã e USF Trevim Sol)	9446	9414
Utentes do sexo masculino (USF Serra da Lousã e USF Trevim Sol)	8831	8736
Domicílios médicos por Unidades	504	
Nº de utentes com médico de família		17972 (99%)
Número de consultas do Centro de Saúde pelos vários tipos	49929 +31915	

Fonte: ACES- PIN1- Centro de Saúde da Lousã (2013 e 2018)

Tabela 60-Número de utentes inscritos por unidade de saúde e por idades 2013

Centro de saúde	0-4anos		5-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		>64 anos		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	H	M
Lousã												
USF Serra da Lousã	272	253	568	497	477	499	2792	2868	782	1071	4891	5188
USF Serra Trevim Sol	164	253	429	394	480	439	2190	2278	719	992	3940	4258
Total	436	506	997	891	957	938	4982	5146	1501	2063	8831	9446
												18277

Fonte: ACES- PIN1- Centro de Saúde da Lousã (2013)

Tabela 61- Número de utentes inscritos por unidade de saúde e por idades 2018

Centro de saúde	0-4anos		5-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		>65 anos		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	H	M
Lousã												
USF Serra da Lousã	196	181	552	496	525	481	2576	2750	904	1191	4750	5102
USF Serra Trevim Sol	173	142	364	353	437	411	2147	2254	865	1152	3986	4312
Total	369	323	916	849	962	892	4723	5004	1769	2343	8736	9414
											18150	

Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>.

Tabela 62-Consumos de medicamentos

Consumo de antibacterianos por habitante (no âmbito do SNS e em ambulatório)	Consumo de antidepressores, ansiolíticos, sedativos e hipnóticos por habitante (no âmbito do SNS e em ambulatório)	Consumo de medicamentos por habitante (no âmbito do SNS e em ambulatório)
2016	2013	2016
Euros	Euros	Euros
4,3	4,6	14,8
		2013
		Euros
		16,5
		2016
		Euros
		173,0
		2013
		Euros
		185,8

Fonte: Datacentro

Tabela 63-Taxa de mortalidade

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Taxa de mortalidade por tumores malignos	Taxa quinquenal de mortalidade infantil	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal
2016	2013	2016	2013
‰	‰	‰	‰
2,9	2,5	2,5	1,8
		2012-2016	2012-2016
		‰	‰
		0,0	0,0

Fonte: Datacentro

Tabela 64- Percentagem de Recursos humanos /serviços de saúde por 1000 Ha

Enfermeiros por 1000 habitantes (por local de trabalho)	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes (por local de residência)
2016	2013	2016
N.º	N.º	N.º
3,3	2,8	0,3
		2013
		N.º
		0,2
		2016
		N.º
		1,3
		2013
		N.º
		1,1

Fonte: Datacentro

Tabela 65- Profissionais por Unidades de Saúde /Categorias profissionais

	Médico		Enfermagem		Secretários clínicos		Assist. Operacional		Médicos Internos	
	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018
USF Serra da Lousã	6	6	6,5	6	4	4	4	4	-	10
USF Trevim-Sol	5	5	4,5	5	4	4	3	4	-	5
UCC Arouce			1	2	1	1	-	0	-	0
total	11	10	12	13	9	8	7	8*		15*

Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>.

Embora não estejam contemplados na legislação das USF como profissionais, porque integram a equipa da ACES é importante referir que as USF têm outros colaboradores diretos, tais como: oito assistentes operacionais, quinze médicos internos, um assistente social, um psicólogo e um nutricionista.

Tabela 66-Patologias crónicas identificadas na Unidade de Saúde Familiar Serra da Lousã

ICPC	USF serra da Lousã
Principais problemas detetados	Nº
Excesso de peso	34,8
Alteração dos metabolismos dos lípidos	22,8
Hipertensão sem complicações	21,7
Obesidade	22,7
Perturbações depressiva	17,2
Sintoma/queixa da região lombar	19,2

Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>.

USF Serra da Lousã

Resumo /análise dos Indicadores Saúde

- Entre 2012 e 2017, o número total de utentes, quer na USF Trevim Sol, quer na Serra da Lousã, diminuiu.
- Os utentes são, na sua maioria, do sexo feminino.
- Entre 2013 e 2016, o nº de Enfermeiros por 1000 habitantes (por local de trabalho) aumentou de 2,8% para 3,3%. Em 2018 o nº de enfermeiros era de 13, distribuído pelas diversas Unidades.
- Entre 2013 e 2016, a percentagem de Médicos por 1000 habitantes (por local de residência) - aumentou de 1,1 para 1,3%. Em 2018, o nº de médicos era de 10, no entanto, acresce +13 internos.
- Relativamente aos Técnicos Não Especificados, enquadra-se a Assistente Social e a Psicóloga que,

quando necessário, colaboram nas várias unidades. A telefonista exerce igualmente funções no Centro de Saúde da Lousã.

- Os utentes da USF Trevim Sol e da Serra da Lousã têm acesso à carteira básica de serviços, incluindo as visitas domiciliárias.
- Relativamente às patologias identificadas, na sua maioria, dizem respeito ao 1º grupo que inclui a Medicina preventiva de acompanhamento geral, seguem-se as patologias relacionadas com o sistema músculo-esquelético, logo seguido do respiratório e circulatório.
- Entre 2013 e 2016, verificou-se um aumento de 0,4% na Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e um aumento de 0,7% da Taxa de mortalidade por tumores malignos.
- Diminuiu em 1,7% o consumo de anti depressores, ansiolíticos, sedativos e hipnóticos por habitante (no âmbito do SNS e em ambulatório) e em 0.3% do consumo de antibacterianos por habitante (no âmbito do SNS e em ambulatório).
- Ao nível das patologias crónicas, e de acordo com dados da USF Serra da Lousã, destaca-se a excesso de peso e obesidade. Sabemos que este indicador vem a repercutir-se em outras doenças crónicas como a hipertensão e a alteração dos metabolismos dos lípidos, entre outros.

Problemas Identificados - Saúde

- Insuficiente conhecimento sobre a doença mental.
- Insuficiência de serviços reabilitação no domicílio, sobretudo para os idosos, sem retaguarda familiar.
- Dificuldade das instituições em articularem e comunicarem com os serviços de saúde, especificamente, na emissão de relatórios médicos devido ao Regime de Proteção de Dados.
- Dificuldade por parte das pessoas com deficiência, em acederem a consultas de estomatologia e de neurologia.
- Desvalorização de comportamentos de risco (sexualidade; comportamentos aditivos, com e sem substância).
- Deficiente articulação entre serviços com intervenção em Saúde Mental (Coimbra); Comportamentos aditivos – (consumos excessivos de bebidas alcoólicas e substâncias (tabaco); Toxicodependência (psicóticos, medicamentos depressivos, drogas químicas, crack e Dependência jogo (on-line, internet) e as equipas de apoio sociais.
- Falta de apoio técnico/ Profissional às famílias e indivíduos e serviços após altas hospitalares.
- Desconhecimento da problemática das dependências e da doença mental a nível local.
- Problemáticas associadas à obesidade e excesso de peso - Necessidade de um trabalho preventivo de promoção de estilos de vida saudáveis, mudanças comportamentais ao nível da alimentação e da prática de desporto.

CAPÍTULO II- CARTA SOCIAL

7 - Equipamentos e Respostas Sociais

Tabela 67 – Quadro resumo Respostas sociais /grupos alvo

Resposta social	Equipamentos	N.º	Capacidade total	Total de utentes	Acordo	Taxa de cobertura	Referencial Taxa de cobertura média registada no continente em 2017	Lista espera
1º INFANCIA	Creche	4	176	156	156	32%	49,1%	82
	Ama	2	8	8	8			
	JARDIM DE INFANCIA (REDE SOLIDÁRIA)	2	114	90	90			
2º INFANCIA E JUVENTUDE	ATL/COJ	7	365	336		22%		16
IDOSOS	Centro de Dia	5	125	120		3,7%	4,23	3
	SAD	7	275	261		7,8%		10
	ERPI	1	80	80		2,4%	8,47	250
	Lar residencial	1	14	14		0,7%		
DEFICIÊNCIA	LAR DE APOIO- casa das cores da ARCIL	1	15	15				12
	CAO	2	150	145				4
	LAR Residencial	2	47	67				28
	Residência Autónoma	2	20	14				18
	SAD	1	40	28				7

Fonte: Carta Social e IPSS locais (2017)

7.1-Infância e juventude

1º infância -Creche e Serviço de Ama legalizada

Tabela 68-Evolução da frequência de crianças na valência de creche de 2013 a 2015e 2018

Tipo de Entidade	Frequência em creche e amas								
	Instituições	2013		2015		2017/2018			
		Capacidade	Frequência	Capacidade	Frequência	Capacidade	Frequência	Acordo	Lista de espera
Rede solidária sem fins lucrativos	SCML	68	68	65	65	74	65	65	73
	CPSSS	36	31	36	21	36	33	33	9
Sub-Total		104	99	36	87	110	98	98	82
Rede privada com fins lucrativos	Cantinho dos Sonhos	33	10		33	33	33	0	
	Aldeia dos Pimpolhos /Magia da criança	33	22	33		33	21	0	
	Vila PIPI	5	5	0	0	0	0	0	0
Sub-Total		71	27	33		66	54		
Amas. Legalizadas	Próprias/Se g.Social	16	16	16	8	8	8	8	
Sub-Total		16		16		8		8	
total		191	174		146	184	160	106	82

Fonte: Dados recolhidos nas Instituições/Empresas locais

* Magia da Criança fechou no ano 2013

Tabela 69-Taxa de utilização dos equipamentos de creche

	2013	2015	2017	Taxa de cobertura 2017
Rede solidária	99	86	98	32%
Rede privada	27	52	66	
Ama	16	16	8	
Taxa de utilização	61%	86%	86%	

Fonte: Instituições locais (2018)

Resumo /análise dos indicadores equipamentos sociais para a infância e Juventude

- Entre os anos 2013/2014 e 2017/2018, verificou-se diminuição na capacidade instalada para a 1ª infância (fecho de uma creche privada da rede lucrativa -Vila PIPI e redução do nº de amas legalizadas) e, conseqüentemente, a frequência passou de 174 para 160.
- No concelho da Lousã existiam, inicialmente, quatro amas, cada uma com 4 crianças a seu cargo (número máximo permitido), mas a partir de 2015, ficaram apenas 2, passando o número de crianças abrangidas para 8.
- Considerando a totalidade de crianças dos 0-3 anos inscritas do centro de saúde e, face ao nº total de crianças integradas em creche (rede pública e privada) e amas, verifica-se que a taxa de cobertura na 1ª infância, situava-se nos 32%, com uma taxa de utilização de 86%.
- O equipamento social que abrange o maior número de crianças na 1ª infância é berçário e creche da SCML e não responde a todas as solicitações, existindo lista de espera muito elevada .
- Para além das amas legalizadas, sabemos da existência de outras amas particulares, mas cujo nº se desconhece.

2ª Infância e juventude

Tabela 70-Ocupação dos tempos livres

Resposta Social	Instituições		Ano			Lista espera	2018 Cobertura %	
			2012/2013	2015/2016	2018/2019			
AAAF	Activar	Regueiro	45	60	60	0	Total de crianças do pre- escolar da rede público= 276	
		Freixo	23	32	29	0		
		Santa Rita	32	29	30	0		
	CSPSS Serpins	Serpins	27	43	31	0		
		Casal Santo António	19	0	Fechado	0		
	ARCSG	14	25	19		0		
	Centro Social da Ponte Velha	Ponte Velha	6	0	Fechado	0		
		Foz de Arouce	6	0	Fechado	0		
Sub Total			172	188	169	0	61,2%	
ATL 1º ciclo	Arcil	EB1	174	186	70	5	Nº crianças a frequentar o 1º ciclo 645	
		EB2			60	11		
		Santa Rita			20	0		
		Fontainhas			31	0		
	CSPSS Serpins		20	39	20	3		
	Centro social de Casal de Ermio		11	0	0	0		
	Centro Social da Ponte Velha	Ponte Velha	11	0	0	0		
		Foz de Arouce	12	0	0	0		
Sub total			228	225	201	19	31%	
COJ- 2º e 3º ciclo	Cáritas Diocesana de Coimbra-COJ	COJ -Secundária	54	59	80	0	Nº alunos do 2 e 3º ciclo =857 15,4%	
		COJ - EB2	45	45	52	0		
Sub Total			99	104	132			
Programa Escolhas	ACTIVAR	Compet.Profissionais	13	22	80	0	+ de 8 sessões	
		Compet. Cidadania	53	164	118	0	+ de 12 sessões	
		Compet. TIC	55	87	72	0	+ de 10 sessões	
Sub Total			121	273	270			
Antecipação de horário	CSPSS Serpins	Serpins	12	12	12	0	Nº Total de crianças do J.I. publico =276	
	ARCSG	Fontainhas	0	10	7	0		
	Activar	Freixo			19	13		0
		Santa Rita	0	0	14	0		
		Regueiro	0	0	24	0		
Sub total			12	41	70		123(44%)	
Espaço de ativação e capacitação juvenil	ADSCCL	Lousã	43	42	0			
		Sub Total	43	42				

Fonte: Dados recolhidos nas Instituições Concelhias

Tabela 71 - Programa Férias Ativas, por tipo de inscrição, em 2013 e 2018

Tipo de Inscrição	Páscoa			Verão			Natal		
	2013	2015	2018	2013	2015	2018	2013	2015	2018
CML	93	86	81	196	250	181	64	67	44
Activar/Espaço J	26	26	22	68	60	48	27	24	21

Fonte: CML- Setor de Desporto e Tempos Livres

Tabela 72- Ocupação dos tempos livres

Indicadores	2012/2013	2015/2016	2018/2019
AAAF (JI)	172	188	169
Antecipação de horário (JI publico) a partir das 7h30	12	41	70
ATL (1º CEB)	228	225	201
COJ (2º e 3º CEB)	99	104	132

Fonte: Dados recolhidos nas Instituições

Resumo /análise dos Indicadores - respostas socio educativas na área da Infância e Juventude (até 18 anos)

- Verifica-se uma diminuição do nº de crianças a frequentar as AAAF, proporcional à diminuição de crianças a frequentar o jardim-de-infância, contudo, no ano letivo de 2015/16, observa-se um pico na frequência, inclusive já se verifica a existência de lista de espera na resposta de ATL nos estabelecimentos das zonas urbana (principalmente na EB2).
- Em termos relativos, em 2017/2018, a componente de Apoio à Família na resposta AAAF registou uma frequência de cerca de 61%, na rede pública. Para além destas, há ainda a considerar as crianças que frequentam a rede privada solidária, onde é assegurado a 100% das crianças, um horário alargado e o serviço de alimentação.
- Tendo por base o universo de alunos do 1º ciclo no ano letivo de 2018/19, verifica-se que a taxa de frequência do ATL (6-12 anos) é de 31%.
- Tem sido assegurado pela Cáritas Diocesana de Coimbra e Programa Escolhas, no grupo etário superior a 12 anos, com maior incidência no 2º e 3º ciclo, abrangendo apenas 15%, da população Escolar.
- Numa lógica de promoção da conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional tem-se observado ao longo dos anos um alargamento dos horários de abertura e encerramento das atividades de tempos livres. A partir do ano letivo 2014/2015- AAAF e ATL, alargou o horário de

acolhimento, quer na antecipação 7h30-8h30 (Serpins, Regueiro, Santa Rita, Freixo e Fontainhas), quer no prolongamento de horário - 15h00 até às 19h00, permitindo a (25%) das famílias uma melhor gestão dos compromissos profissionais e familiares.

- Comparticipação financeira dos pais, na sua maioria, está enquadrada/as no 1º, 2º e 3º escalão.
- Devido à diminuição de crianças, a partir de 2015, encerraram 3 centros de ATL (ADIC, Centro Social da Ponte Velha e Centro Social de Casal de Ermio). Apesar disso, a frequência de crianças e jovens, aumentou nos polos geridos pela ARCIL, centro Paroquial de Serpins e COJ da Caritas Diocesana de Coimbra.
- O número de inscrições nas Férias Ativas tem vindo a aumentar, em especial, no período de Verão, devendo-se este facto, à maior diversidade de atividades e o alargamento da resposta no mês de agosto.
- Para fomentar a integração dos alunos estrangeiros, o Agrupamento de Escolas da Lousã e a Câmara Municipal dispõem de alguns projetos /programas de apoio, com aulas suplementares de língua portuguesa, atividades promotoras da multiculturalidade, nomeadamente através da participação ativa dos imigrantes na vida da comunidade, para promover a sua efetiva integração.
- Ao longo dos anos foram desenvolvidos diversos projetos na escola e na comunidade dirigidos à população escolar, promovidos pelo Agrupamento de Escolas, EPL ou pela Autarquia e envolvendo sempre que possível outras parcerias e a própria comunidade escolar, sendo muitos deles dinamizados pelos próprios alunos, com a envolvência dos docentes e outros técnicos tais como: Projeto CLDS 3G, Programa Escolhas, "Twinning "Mascots exchange", "Wonders of Nature", "Europe's ABC of Superfoods e o Eco Escolas.

7.2-Deficiência

Tabela 73- Respostas sociais na área da deficiência

	Respostas Sociais	2013			2018			
		Capacidade	Frequência	Acordo	Capacidade	Frequência	Acordo	Lista de espera
ARCIL	Lar de Apoio Casa da Cores	15	14	15	15	14	15	12
	CAO	112	108	108	145	145	145	4
	Lar Residencial	60	60	60	67	66	66	18
	SADF	28	28	28	28	28	28	7

Fonte: Carta Social- ARCIL

7.3-Idosos

Tabela 74- Instituições por freguesia /tipo de respostas sociais para idosos

	Freguesia	Entidades	2015			2018			
			Capacidade	Acordo	Utentes	Capacidade	Acordo	Utentes	Lista de espera
SAD	Gândaras	ARCIL – gestão feita pela ARCSG	40	20	35	40	20	40	
	Serpins	CSPSS de Serpins	30	30	35	30	30	30	4
	U. F.de Foz de Arouce e Casal de Ermio	Centro Social de Casal de Ermio	35	32	32	35	32	34	
		Centro social de S. Miguel- SCML	20	20	20	20	20	21	
	União das freguesias de Lousã e Vilarinho	SCML	60	55	60	60	55	64	
		ADIC	50	50	50	50	50	50	
	Centro Social e Cultural do Pinhal	20	20	40	40	23	22		
Nº idosos Sub Total			227	227	277	275	242	261	4
ERPI	ERPI	SCML	70	65	70	70	65	70	250
	Lar residencial	SCML			24			24	
Nº idosos Sub Total			70	65	24	70	65	94	250
CENTRO DE DIA	União das freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio	Centro Social de S. Miguel – Foz de Arouce	15	15	20	15	15	14	
	União das freguesias de Lousã e Vilarinho	SCML	60	45	60	45	45	45	5
		ADIC	25	25	25	25	25	25	
	Gândaras	ARCSG	20	0	10	20	0	20	4
	Serpins	CSPSS Serpins				15	15	15	2
Nº idosos Sub Total			100	85	125	120	107	121	11
Total do Concelho			397	377	426	465	349	476	265

Fonte: Carta social e IPSS locais

Tabela 75- Respostas sociais idosos

Respostas Sociais Idosos	Ano de 2018				Referencial Taxa de cobertura média registada no continente em 2017
	Capacidade	Acordo	Frequência	%	
ERPI	80	65	80	2,8	8,47
Lar residencial (privado-SCM)	14	0	14	0,7	
Centro de Dia	115	107	121	3,7	4,23%
Serviço de Apoio Domiciliário	275	242	261	7,8	
Total	484	414	476	14,6	12,7%
Taxa de utilização				89%	
Equipamentos lucrativos					
Respostas Sociais Idosos- Lar privados	Capacidade	Acordo	Frequência	%	
Casa de Acolhimento Nossa Senhora da Piedade	25	0	22	0,6%	Aguarda licenciamento
Família de acolhimento para adultos dependentes ou deficientes - casa Recanto da Serra	8	0	8	0,2	Com as obras prevê ter capacidade para 20 idosos

Fonte: Carta social e IPSS locais

Resumo /análise dos indicadores equipamentos sociais - resposta idosos

- O nº de idosos apoiados nas várias respostas sociais aumentou ligeiramente entre 2015 e 2017, passou de 431 para 461, devendo-se ao facto da criação de resposta de Centro de Dia da ARCS Gândaras e alargamento da resposta de Serviço de Apoio Domiciliário e com o alargamento da Equipamento Residencial Para idosos (ERPI) da SCML com + 12 camas.
- A taxa de cobertura das diversas valências para Idosos é de 14,6%, face ao nº total de idoso (3318) INE: dados estimativos de 2017.
- O Serviço de Apoio Domiciliário é a resposta com maior número de utentes, com 261 (7,8%) e está representado em todas as freguesias do Concelho, sendo assegurado por 7 instituições.
- Resposta social Centro de Dia funciona na União de freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, em Serpins e união de freguesia de Lousã Vilarinho e, desde 2015, na freguesia das Gândaras, pelo que, a taxa de cobertura subiu ligeiramente, passando, de 3,2% para 3,7%.

- A resposta de Lar (ERPI) existe apenas na Freguesia da Lousã, porém verificou-se, nos últimos 3 anos, um aumento da taxa de cobertura na resposta Lar de Idosos (ERPI) que inclui a extensão do lar da SCML e do setor privado com fins lucrativos, passando de 79 camas para 124 camas, correspondente a uma taxa de cobertura de 3,7%. Apesar de um ligeiro aumento, a taxa de cobertura é uma das mais baixas da região centro e situa-se abaixo da média a nível nacional, (8,47%).
- Quanto à taxa de utilização nas respostas sociais para idosos e, de acordo com a carta social, esta diminuiu ligeiramente, passando de 98%, em 2015, para 89%, em 2017. No entanto, de acordo com o levantamento mais recente (2018) junto das instituições, a taxa de utilização estava totalmente coberta, inclusive na valência ERPI e de Centro de Dia já se verificava lista de espera. Este facto, deve-se a um erro de registo na Carta Social, no que respeita à capacidade instalada do Centro de Dia da ADIC, em que está registada 40, quando a capacidade é de apenas 25.
- Em todas as valências o nº de acordos de cooperação é inferior ao n.º de capacidade instalada e até ao nº de frequência. Face às solicitações, as instituições têm vindo a assegurar os serviços, mesmo extra acordo.
- Com vista a responder, de forma integrada e sistémica, aos idosos mais dependentes/acamados, as IPSS, em estreita articulação com a UCC Arouce, asseguram o apoio ao idoso no seu domicílio de forma Integrada. Em última instância, são encaminhados para as Unidades de Cuidados à comunidade.
- Insuficiência das respostas sociais face às necessidades reais dos idosos, quer ao nível dos dependentes, quer dos mais autónomos.
- Surgimento de Doenças do foro psíquico (depressões, demências) V/s Insuficiência de respostas ao nível da dependência e doença mental.
- Ausência de resposta específica de acolhimento/respostas sociais para idosos com demência e outros problemas de saúde (dependência).
- Ausência de outras respostas sociais tipo “Centro de Noite” para idosos que residem sós e sem retaguarda familiar.
- Aumento da procura nas estruturas Residenciais para idosos (ERPI).
- Falta de prestação de serviços de reabilitação ao domicílio.
- Aumentos de idosos sem suporte familiar a viverem sozinhos e sem suporte familiar.

Análise Swot- Equipamentos e Respostas Sociais

FRAQUEZAS	FORÇAS
<p>Crianças e Jovens</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Inexistência de transporte específico para as crianças do pré-escolar; ➤ Insuficiência de resposta da rede solidária na área da 1ª infância (berçário e creche); ➤ Insuficiência de resposta socio educativa extraescolares, para as crianças e jovens principalmente a partir dos 12 anos., nas escolas sediadas na zona urbana; ➤ Equipamentos infantis sem manutenção e pouco diversificados. Falta de espaços municipais atrativos para a juventude mais autónoma. <p>Idosos</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Taxa de cobertura nas diversas respostas sociais para idosos é apenas 14,8%; ➤ Baixa capacidade de resposta em ERPI, uma das taxas mais baixas da região centro; ➤ O nº de acordos não acompanha o nº de frequência nas diversas valências- cria dificuldades financeiras às instituições; ➤ Inadequação das repostas sociais face às necessidades reais dos idosos- falta de espaço convívio e formativo; ➤ Falta de vagas sociais nas estruturas residenciais para pessoas idosas; ➤ Falta de respostas sociais de apoio para idosos com problemas de saúde mental; ➤ Falta de vagas sociais nas estruturas residenciais para pessoas idosas que residem sós e sem retaguarda familiar; ➤ Insuficiente prestação de serviços de proximidade para dependentes e isolados; <p>Deficiência</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Falta de vagas nas respostas sociais de apoio à deficiência designadamente: Lares residenciais; Residências autónomas, para jovens; 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Existência de um efetivo trabalho em rede e de parceria decorrente da articulação interinstitucional (público e privado) no desenvolvimento da ação social ao nível da prevenção universal, selectiva e indicada; ➤ A organização dos serviços de ação social concelhia tem permitido otimizar recursos, promovendo a proximidade com a população, evitando a duplicidade de respostas; ➤ Oferta ao nível da Formação Profissional em diferentes áreas; ➤ Existência de Respostas Sociais em todas as freguesias, ao nível da infância, juventude, idosos, e uma instituição que assegura o apoio a pessoas portadoras de deficiência; ➤ Existência de Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade com a finalidade de zelar pelo cumprimento das leis e das boas práticas em matéria integrada na área social da deficiência e melhorar a acessibilidade nos vários equipamentos e vias públicas a cidadãos com dificuldade de mobilidade, visando eliminar progressivamente as barreiras arquitetónicas;

<ul style="list-style-type: none"> ➤ A capacidade instalada, na maioria das valências, está esgotada, à exceção do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD); ➤ Falta de resposta para uma população com deficiência envelhecida ou em processo de envelhecimento; ➤ Dificuldade na inserção socioprofissional da pessoa com deficiência; ➤ Insuficiência de apoio complementar para clientes e famílias das crianças/jovens/adultos com deficiência- horários rígidos e reduzidos; ➤ Pouca diversidade de resposta ao nível da Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade; ➤ A maioria das instituições assegura respostas tipificadas- Pouca aposta na inovação. 	
OpPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Novo quadro comunitário 2020-Candidatura a Programas/Projetos Comunitários. - Em especial, no âmbito do POISE inovação Social e aposta na responsabilidade social das empresas; ➤ Plano Soluções Integradas – Plano de acessibilidades; ➤ Adesão à Rede Portuguesa de Vilas e Cidades Saudáveis; ➤ Encontra-se em fase de construção o equipamento social da ADIC e ARCSG que permitirá o alargamento das respostas na área dos idosos; ➤ Maiores competências e responsabilidades dos Municípios na definição de políticas sociais locais face à sua proximidade com as pessoas e aos problemas; ➤ Existência de um Plano Municipal sénior que, associado a outros projetos, congrega um campo diversificado de atividades sociais, recreativas e desportivas. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dificuldades financeiras das instituições; ➤ Insuficiente envolvimento da comunidade e das famílias; ➤ Dependência financeira das instituições pela Segurança social; ➤ Desequilíbrio financeiro das instituições - o nº de acordos não acompanha as necessidades reais; ➤ Conjuntura económica desfavorável (desequilíbrio financeiro por parte da segurança social e, conseqüentemente, dificuldades financeiras das instituições); ➤ Estado social em declínio- o valor das pensões tendencialmente mais baixas face ao custo de vida; ➤ Descentralização de competências aos municípios sem o conveniente ajustamento dos financiamentos para resolução dos problemas sociais; ➤ Pouca aposta na inovação por parte das instituições.

8-Capacitação e gestão organizacional de governança integrada – Rede social

FRAQUEZAS	FORÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Não existem acordos estabelecidos com Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho para garantir o atendimento /acompanhamento social das famílias, apesar ser assegurado com colaboração destas instituições; ➤ Instituições viradas para si próprias - frágil relação entre as instituições no que respeita à criação de estratégias de intervenção comuns no desenvolvimento de projetos de âmbito social; ➤ Insuficiente divulgação, conhecimento do trabalho desenvolvido pelas entidades; ➤ A maioria das instituições assegura respostas tipificadas- pouco empreendedoras; ➤ Baixos níveis de mobilização da população em torno de um objetivo comum; ➤ Insuficiência de programas de inserção efetiva; ➤ Necessidade de formação por parte dos dirigentes das instituições nomeadamente quando há alteração do representante na rede; ➤ Défice na gestão e monitorização da ação social concelhia. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duas instituições com processo de certificação de qualidade; ➤ A dinâmica do trabalho e o empenho de todos os parceiros tem permitido atingir múltiplos objetivos para o desenvolvimento social do concelho; ➤ Estilo de liderança da presidência do Conselho Local de Ação Social - aposta política dos eleitos locais; ➤ Estabelecimento de Protocolos de Cooperação entre a CML e entidades e do apoio em obras de beneficiação e cedência de espaços; ➤ Integração nos objetivos delineados pelo Conselho Local de Ação Social, no seu programa de desenvolvimento social; ➤ Capacidade de trabalho em rede e em parceria/ conjugação de esforços para a sensibilização e formação das Famílias; ➤ A promoção e fomento da colaboração e cocriação estratégica entre entidades e instituições locais para a configuração de respostas mais integradas e de valor acrescentado para problemas sociais complexos (pobreza, isolamento de idosos, envelhecimento ativo).

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fundos comunitários – Portugal 2020; ➤ Partilha de boas práticas; ➤ Estreita articulação e complementaridade entre a autarquia e as IPSS do Concelho no desenvolvimento de atividades. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Pouca aposta na inovação; ➤ Pouca participação - Sobrecarga de trabalho por parte das instituições, sem disponibilidade para participar em projetos comuns; ➤ Não aprovação de candidaturas / financiamentos; ➤ Dificuldades financeiras por parte das instituições, o que inviabiliza o seu maior investimento nas infraestruturas e equipamentos.

9- Cidadania/participação

FRAQUEZAS	FORÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Défice de cultura de cidadania e de igualdade de género; ➤ Dificuldades de conciliação das responsabilidades familiares com os profissionais; ➤ Resistência no cumprimento da legislação sobre igualdades de direitos e oportunidades; ➤ Pouca flexibilidade de horário dos serviços públicos e empresas; ➤ Insuficiente envolvimento da comunidade e das famílias nos processos de planeamento, discussão e avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dinamismo associativo e institucional; ➤ Implementação de 1º PMI no concelho, desde 2011; ➤ Existência de conselheiro para a igualdade; ➤ Protocolo com a CIG; ➤ Técnicos com formação em temáticas de igualdade de género; ➤ Existência de redes locais de parceria; ➤ Conjunto de medidas de apoio à família facilitadoras da conciliação vida familiar.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Políticas e programas internacionais de apoio a praticas que promovam a Igualdade de género; ➤ Trabalho desenvolvido pela Comissão para a Igualdade de Género (CIG); ➤ Valorização da temática da igualdade e da violência de género; ➤ Políticas de apoio ao empreendedorismo feminino; ➤ Aposta na formação sobre estas temáticas a públicos estratégicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cultura de discriminação de género. Prevalência estereótipos de género; ➤ Disfunções familiares: violência e competitiva; ➤ Sociedade demasiado exigente para o equilíbrio familiar; ➤ Assimetrias salariais entre homens e mulheres; ➤ Afastamento dos valores da família; ➤ Reduzido interesse manifestado pela temática da igualdade de género; ➤ Sociedade portuguesa pautada por uma cultura machista.

10- Grelha de Problemas Identificados

Em jeito de conclusão, e tendo por base os indicadores apresentados referentes ao Concelho, foram identificados os principais problemas, através do preenchimento de uma grelha de prioridade de *focus grupo* realizados com os técnicos e jovens, que a seguir estão elencados por áreas.

Tabela 76: Grelha de Problemas por área de intervenção

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	PROBLEMAS – GRUPOS VULNERÁVEIS
FAMÍLIA E PARENTALIDADE	Déficit de competências parentais; negligência
	Violência doméstica Existência de conflitos intrafamiliares e filio parentais
	Perturbações associadas a adições e doença mental
	Insuficiente intervenção junto de Famílias/Escolas/Alunos no desenvolvimento de competências parentais
	Fraca participação das famílias
	Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e profissional
	Tempo de partilha familiar é reduzido
CRIANÇAS E JOVENS	Assunção por parte das crianças e jovens de comportamentos que os colocam em risco
	Fracas competências pessoais e sociais dos jovens na construção dos seus projetos de vida
	Uso excessivo por parte das Crianças e Jovens das novas Tecnologias de Informação e Comunicação
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento integral da criança
	Aumento de crianças com problemas do foro depressivo e comportamentos antissociais e dificuldades de integração escolar
	Pobreza infantil- Elevada percentagem de crianças que integram o escalão 1 e 2 dos abonos de família, beneficiárias do RSI e ação social escolar
	Comportamentos inadequados por parte de alunos em diversos espaços escolares
	Aumento do número de crianças e alunos que chegam à escola com desordens de comportamento relacionados com a agressividade, distúrbios de conduta, comportamentos antissociais
	Insuficiência de respostas para ocupação dos tempos livres dos jovens
	Reduzida participação cívica dos jovens na dinâmica da sua comunidade
ENVELHECIMENTO	Vulnerabilidade social- idosos em situação de isolamento familiar e social
	Aumenta o grau de dependência e de doenças degenerativas, física e mental
	Perda de funcionalidade nas atividades com o exterior. Estilos de vida sedentária e pouca participação na comunidade
	Sinais de violência doméstica contra idosos, embora esteja camuflado porque os idosos não apresentam queixa
	Ausência de retaguarda familiar e as instituições não conseguem responder à necessidade

Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Lousã

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Falta de recursos/ meios de autonomia e segurança, em especial ao nível pagamento de renda
	Falta de respostas qualificadas de apoio às vítimas de violência doméstica e de trabalho em rede. Falta de coordenação no apoio à vítima de violência doméstica e de recursos humanos especializados (equipa multidisciplinar) o que leva muitas vezes à vitimização da vítima
	Prevalência violência doméstica de género
	Falta de autoestima e labilidade emocional das vítimas de VD e dependência económica e emocional da vítima de violência doméstica relativamente ao agressor(a), o que dificulta a sua autonomização
DEFICIÊNCIA	Insuficientes respostas sociais
	Dificuldade de conciliação entre a vida familiar- Ausência de apoio complementar para deficientes e famílias das crianças/jovens/adultos com deficiência integrados face aos horários rígidos e reduzidos
	Dificuldade em arrendar habitações a baixo custo e localizar habitações adequadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
	Dificuldade de inserção socio- profissional
IMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS	Poucas atividades de partilha cultural
	Alguns já se sentiram discriminados -Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho
	Baixos níveis de escolaridade e competências profissionais das pessoas da comunidade cigana
	Dificuldade no seu processo de legalização e equivalência escolar sobretudo dos imigrantes brasileiros
	Desemprego- dificuldades económicas
POBREZA E VULNERABILIDADES	Incapacidade de assegurar as despesas básicas
	Pessoas em situação de pobreza e de exclusão social com baixos níveis de educação e formação
	Desemprego
	Crianças e jovens em situação de pobreza
	Baixos níveis de qualificação profissional
	Famílias desestruturadas
	Doença mental e dependências
	Dependência financeira relativamente aos apoios concedidos pelos serviços
	Isolamento social
SAÚDE	Índice de envelhecimento tem vindo a aumentar- grau de dependência física e mental, e doenças degenerativas
	Desvalorização de comportamentos de risco (sexualidade; comportamentos aditivos, com e sem substância)
	Comportamentos aditivos
	Excesso de peso e obesidade, patologias com grande peso nas doenças crónicas e causadoras de outras doenças
	Doença mental
COMUNIDADE E INSTITUIÇÕES	
QUALIFICAÇÃO MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	Insuficiência de respostas sociais e de medidas de apoio à integração socio profissional
	Insuficiência de oportunidades de emprego para a população com deficiência e para outros grupos socialmente estigmatizados ou com dificuldades de inserção (por exemplo: beneficiários de RSI; comunidade cigana, problemas de foro psíquico e DLD)
	Dificuldades de inserção profissional dos desempregados com idade superior a 55 anos

Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Lousã

	Desvalorização das profissões intermédias
	Pouca abertura por parte das empresas para desenvolverem processos formativos internos
	Desigualdade salarial entre os géneros
	Desajustamento entre a oferta disponível e as competências dos inscritos no Centro de Emprego
	Fraco incentivo ao empreendedorismo jovem
	Mercado de trabalho incapaz de absorver mão-de-obra, altamente qualificada
	Algumas grandes empresas da freguesia de Serpins foram assoladas por incêndio
URBANISMO E HABITAÇÃO	Aumento do preço das casas (arrendamento ou venda)
	Degradação do parque habitacional nas habitações dos idosos
	Existência de barreiras físicas em espaços públicos e privados
	Falta de alojamentos para situações de emergência social e para públicos em situação de vulnerabilidade social - apartamento de autonomização
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	Desvalorização das profissões intermédias
	Oferta educativa não ajustada às necessidades do mercado de trabalho
	Fraco incentivo ao empreendedorismo jovem
	Indisciplina é um tema recorrente sinalizado pela escola
	Ausência de espaços adequados para realização dos apoios terapêuticos nas escolas (CRI)
	Insuficiência/pouca diversidade de respostas para ocupação dos tempos livres dos jovens a partir dos 13 anos
	Insuficiência de resposta socio educativa extra curriculares para as crianças e jovens, na zona urbana- Lousã (Escolas básicas nº 1 e 2 e secundária)
	Qualidade de sucesso escolar muito baixa no 3º CEB, com maior enfoque no 8º e no secundário, nos cursos profissionais e 10º ano
REDE SOCIAL CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	Falta de instrumentos de coordenação e avaliação ao nível das estruturas institucionais - <i>benchmarking</i>
	Insuficiente formação que reforce as competências interculturais
	Falta de formação específica de alguns dos técnicos para a intervenção e apoio junto da vítima, doença mental, toxicodependência
	Dificuldades financeiras das instituições - Os nº de acordos estabelecidos com a Segurança Social não acompanham o nº de frequência nas diversas valências em especial na área dos idosos
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	Insuficiente participação nos mecanismos formais, nos diferentes grupos etários
	Banco de voluntariado pouco ativo
	Insuficientes mecanismos de participação nos diferentes grupos etários
	Pouca partilha cultural
	Falta de fortalecimento da identidade local
EQUIPAMENTO RESPOSTAS SOCIAS	Insuficientes respostas sociais nas estruturas residenciais para pessoas idosas; baixa capacidade de resposta em ERPI
	Ausência de apoio complementar para deficientes e famílias das crianças/jovens com deficiência face aos horários rígidos e reduzidos da escola
	Escassez de estruturas de apoio para famílias, crianças, jovens e idosos com deficiências, nomeadamente em resposta social de berçário, residência autónoma e Lar Residencial
	Falta de respostas sociais de apoio para pessoas com problemas de saúde mental
	Insuficiência de resposta na área da 1ª infância (berçário e creche) da rede solidária
	Equipamentos infantis de exterior sem manutenção e pouco diversificados
	Inadequação das repostas sociais face às necessidades reais dos idosos- falta

Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Lousã

	de espaço convívio não formal
	Insuficiência de respostas para acompanhamento de agressores (jovens e adultos)
	Falta de articulação entre os serviços – necessidade de uma intervenção concertada na área da prevenção, da VD
SAÚDE- RECURSOS HUMANOS	Falta de apoio técnico/ profissional às famílias e indivíduos e serviços após altas hospitalares
	Insuficiência de serviços de reabilitação no domicílio, sobretudo para os idosos, sem retaguarda familiar
	Incapacidade dos serviços de psicologia em responder a todas as solicitações em especial no apoio/acompanhamento individualizado
	Insuficiência de respostas ao nível da Saúde mental
	Deficiente articulação entre serviços com intervenção em Saúde Mental (Coimbra) e as equipas local
	Falta de articulação de atividades promotoras de estilos de vida saudáveis
TERRITÓRIO	Fragilidade na mobilidade interna
	Desertificação das zonas rurais
	Insuficiente rede de transportes inter-freguesias e para as zonas industriais

Bibliografia

<https://datacentro.ccdrc.pt/>

<https://www.podata.pt/Municipios>

<https://www.cig.gov.pt/2018/05/publicada-estrategia-nacional-igualdade-nao-discriminacao-portugal/>

<https://pns.dgs.pt/>

file:///C:/Users/gilda%20silva.LOUSAN/Downloads/PDS_2016-2021_28-12-2017.pdf

<https://www.sef.pt/pt/Pages/homepage.aspx>

<https://www.iefp.pt/documents/10181/7969489/SIE+Desemprego+registado+por+concelhos+de+embro+2018.pdf/111a5cf9-d0ab-4b81-906a-1df3eb90dde1>

Decreto-lei 115 de 2006, de 14 de junho: Plataforma territorial

Diagnóstico social do Concelho da Lousã, 2013

ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia- ISS-GP-UPCG@seg-social.pt

<https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>.